

# RELATÓRIO DE DIRETORIA

EXERCÍCIO 2023



**casal**

Nossa água é o futuro



# 1

## APRESENTAÇÃO

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), em conformidade com as normativas legais e estatutárias, apresenta à sociedade o relatório referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, juntamente com as Demonstrações Contábeis e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Em alinhamento com o Governo Estadual e a Secretaria de Estado

de Governo (Segov), sob sua tutela, a Casal tem como objetivo primordial atender às demandas da sociedade em relação ao saneamento básico (abastecimento de água e tratamento de esgoto), visando assim melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população alagoana.

# 2

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMPANHIA

**Luiz Cavalcante Peixoto Neto**  
*Diretor Presidente*

Celebramos com orgulho nossos 61 anos de dedicação ao povo alagoano como a maior empresa pública de Alagoas. Ao longo de nossa história, desempenhamos um papel crucial na expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado.

À medida que o setor de saneamento passa por transformações significativas, reconhecemos nossa responsabilidade central e abraçamos o desafio de liderar ações presentes e futuras para atender às necessidades crescentes da população alagoana. Em um esforço conjunto com o governo e entidades públicas, trabalhamos incansavelmente para consolidar a universalização dos serviços em Alagoas nos próximos anos. Reconhecemos que investir em saneamento é fundamental para promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Ao longo de seis décadas, temos nos dedicado a esse propósito, adaptando-nos às mudanças e buscando sempre garantir que nossos investimentos beneficiem aqueles que mais necessitam.

Em 2022, iniciamos os trabalhos conjuntos com a iniciativa privada. A inclusão das concessionárias BRK, Águas do Sertão e Verde Alagoas nos serviços de distribuição de água resultou em adaptações necessárias. Adaptamo-nos às mudanças, modernizando nossos siste-

mas operacionais, consumo energético e infraestrutura organizacional. Devido à nossa importância, seguimos firmes nas tarefas de captar, tratar e garantir a qualidade da água repassada para as concessionárias privadas. Mais do que nunca, somos parte da solução para a universalização do saneamento em Alagoas, mantendo nossa presença em 77 cidades, atendendo a mais de 2 milhões de alagoanos. Isso tudo reflete nossa busca em ser uma empresa moderna e ágil, comprometida com a transparência, responsabilidade social e ambiental. Com uma gestão focada em fazer mais e melhor com os recursos disponíveis, reafirmamos nosso compromisso com a qualidade de vida e a dignidade de todos os alagoanos. Nosso legado de dedicação e inovação continuará a moldar o futuro do saneamento em Alagoas, garantindo um ambiente mais saudável e próspero para as gerações futuras.



# 3

## PERFIL CORPORATIVO

A história da Casal remonta a 1962, quando o Governo do Estado encerrou o antigo Departamento de Água e Esgoto (DAE), vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, substituindo-o pela Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas (Casal), com a responsabilidade estatutária de construir, operar e manter sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado.

Desde sua fundação, a Casal tem desempenhado um papel crucial no fornecimento de serviços de saneamento em Alagoas. A empresa se expandiu ao longo dos anos, absorvendo o Serviço de Água e Esgotos de Maceió (SAEM) em 1970 e implementando vários projetos pioneiros em diferentes municípios.

A Casal evoluiu para se tornar uma empresa de economia mista, seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Com o tempo, a empresa se desenvolveu administrativamente, expandindo sua atuação tanto em áreas urbanas quanto rurais, e hoje é a

maior empresa pública do estado, atendendo a mais de 80% da população alagoana.

Recentemente, a Casal passou por mudanças significativas para se adaptar ao novo cenário do setor de saneamento, iniciando um novo modelo de negócio em conformidade com o Novo Marco Legal do Saneamento. Uma nova estrutura organizacional foi implementada em 2022, alinhada aos objetivos do setor e aos contratos de concessão estabelecidos pelo governo estadual com as empresas privadas.

Com o início da operação das concessionárias privadas, a Casal continua a desempenhar um papel fundamental, atendendo a 77 municípios e diversas comunidades rurais em Alagoas. Em muitas cidades, a empresa continua responsável por todas as etapas do processo de saneamento, desde a captação e tratamento de água até o tratamento de esgoto enquanto em outras colabora com as empresas privadas para garantir o fornecimento de serviços essenciais à população.



# 4

## DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO

Apresentamos as informações consolidadas do desempenho econômico-financeiro da Casal, com ênfase na Lei Estadual nº 8.480, de 30 de julho de 2021 que, em 2023, possibilitou um aporte de **R\$44.800.000,00** (quarenta e quatro milhões de reais) do Estado de Alagoas à Casal, provenientes do Tesouro Estadual, destinados a investimentos e quitação de passivos.

Em relação aos resultados financeiros de 2023, sob uma perspectiva operacional consolidada, a empresa registrou uma receita líquida de serviços no valor de **R\$453.757.616,00** indicando um aumento de 6,45% em comparação ao período anterior, no qual a receita líquida atingiu **R\$424.482.378,00**.

As medidas adotadas pela Diretoria da Casal ao longo de 2023, com o respaldo do Governo Estadual, inclu-

do redução de despesas e renegociação de contratos, permitiram que a empresa mantivesse sua regularidade junto aos órgãos federais, como a Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social. Isso possibilitou à empresa a celebração de empréstimos e convênios com instituições financeiras, visando fortalecer a qualidade dos serviços oferecidos e, conseqüentemente, melhorar seu desempenho econômico-financeiro.

A Superintendência Financeira, Contábil e Comercial, por meio da Gerência de Gestão, Controle e Acompanhamento de Contratos, destaca que em 2023 foram realizados 202 lançamentos no Módulo Contratos da Casal, abrangendo contratos, aditivos, atas, convênios e acordos de cooperação mútua. Além disso, a área analisou um total de 1.354 processos.

4.1

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## Informações iniciais

Com vistas à execução do trabalho de auditoria independente das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL**, a documentação disponibilizada foi analisada no período de 19 de fevereiro a 26 de março de 2024, inclusive com visita “in-loco” no período de 19 a 23 de fevereiro de 2024.

Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares, numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

## Metodologia do Trabalho

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da análise da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente

à emissão do presente relatório sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise dos controles internos existentes na companhia, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- A.** Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- B.** Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- C.** Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer ou revistar os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos;
- D.** Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando à constatação de sua se-



gurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;

- E.** Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios, livros e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- F.** Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas materiais integrantes das demonstrações financeiras, visando apresentar o presente relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas; e
- G.** Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela administração

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da **Companhia de Saneamento de Alagoas — CASAL**  
Maceió — Alagoas

### OPINIÃO COM RESSALVAS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Saneamento de Alagoas — CASAL**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de**

**2023** e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASAL**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

**I.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a **CASAL** não possuía controles internos adequados e suficientes de seus depósitos judiciais, no valor de R\$ 12.200 mil, depósitos não identificados de fornecedores, no valor de R\$ 5.231 mil e do convênio SEINFRA, no valor de R\$ 64.426 mil, notas explicativas nºs 9, 13 e 21, respectivamente. Diante disso, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedi-

mentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a adequação dos saldos contábeis desses subgrupos e os respectivos efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras no exercício findo naquela data.

- II.** A **CASAL**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não possuía informações e controles internos individuais adequados e suficientes dos bens do ativo imobilizado, cujo custo contábil naquela data totalizou R\$ 617.038 mil, e quanto a respectiva depreciação acumulada, no valor de R\$ 278.199 mil, conforme nota explicativa nº 11 (CPC 27 – Ativo Imobilizado), bem como não possui controle individualizado dos ativos decorrentes do convênios com a SEINFRA (nota explicativa nº 21), e cujos efeitos estão sujeitos a levantamentos patrimoniais; também não realizou a análise e o teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado (CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos). Portanto, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis dessas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.
- III.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a **CASAL** realizou registro contábil de contratos de con-

cessão, conforme notas explicativas nºs 12, 22.b e 29, no valor de R\$ 6.633.597 mil (Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão), porém essa mensuração e seus efeitos nas demonstrações financeiras do exercício corrente e retrospectivos (CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) estão sujeitos a confirmação de estudo técnico de firma especializada independente contratada. A companhia reconheceu parte dos bens operacionais dos contratos de concessão no imobilizado, no valor de R\$ 571.006 mil, em desacordo com a ICPC 01; representando, assim, limitação do escopo dos nossos trabalhos. Isto posto, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis dessas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

**IV. A CASAL** patrocinadora do Plano de Benefício Definido administrado pela FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social não realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliação do seu passivo atuarial no plano, e conseqüentemente não reconheceu os seus efeitos nas demonstrações financeiras, o que se constitui em limitação de escopo do nosso trabalho (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes

e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados), conforme nota explicativa nº 16. A FUNCASAL é auditada por outro auditor independente que emitiu opinião com ressalvas datada de 15 de março de 2024, como exposto na ênfase “d”. Considerando os assuntos mencionados, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais, concluirmos sobre eventuais impactos atuariais, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **CASAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## ÊNFASES

### A. GUERRA ISRAEL VS. HAMAS

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 01, quanto a eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, reverberando na economia global; principalmente, devido a possibilidade de envolvimento de outros países; podendo levar ao recuo do crescimento do PIB mundial, pois o oriente médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação e ainda lidando com a inflação gerada após a invasão da Rússia à Ucrânia. A companhia vem monitorando as repercussões e os desdobramentos desses assuntos. Nossa opinião não apresenta ressalva no tocante a este assunto.

### B. CONTRATOS DE CONCESSÃO

Conforme mencionado nas nota explicativa nº 29, a companhia possui contratos de concessão com entidades privadas vigentes em 60 municípios, entre os 77 atendidos por ela em todo o Estado de Alagoas, sendo os 17 restantes atendidos por meio de concessões municipais. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a este assunto.



### C. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Conforme notas explicativas nº 3.o e 22.c, a companhia apresentava em 31 de dezembro de 2022 patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de **R\$ 177.887 mil**, prejuízos acumulados de **R\$ 602.769 mil**, elevado índice de endividamento e capital circulante líquido negativo, como reflexo de sucessivos prejuízos em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2023, decorrente de ajustes de exercícios anteriores de contratos de concessão, no valor de **R\$6.633.597 mil**, o patrimônio líquido passou a ser positivo no valor de **R\$6.439.279 mil**. A administração reconhece a situação e vem procurando adotar medidas com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades. O acionista majoritário, Estado de Alagoas, por meio da Lei Estadual nº 8.481/21, comprometeu-se a transferir a **CASAL** recursos da ordem de **R\$400.000 mil**, para investimentos e pagamento de passivos, e a transferir bens imóveis, até o valor de **R\$2.600.000**, para aumento de capital social. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da companhia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

### D. PATROCINADA FUNCASAL — FUNDAÇÃO CASAL DE SEGURIDADE SOCIAL

A FUNCASAL é auditada por outro auditor independente e cujo relatório das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, datado de 15 de março de 2024, apresentou ressalvas no tocante ao não atendimento ao limite anual de recursos destinados ao custeio administrativo das despesas pertinentes ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, ficando superior aos limites legais estabelecidos pela PREVIC, e quanto ao não registro do montante dos honorários advocatícios devidos e incidentes sobre recebimento da confissão de dívida da **CASAL**. Também descreve nas ênfases, em síntese, que os valores a receber da patrocinadora **CASAL** totalizam **R\$188.928 mil** naquela data, representando 72,28% do ativo líquido do plano - patrimônio de cobertura do plano. E que em decorrência do desequilíbrio no limite anual de recursos destinados ao custeio administrativo das despesas pertinentes ao PGA, estabelecido pela Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, a FUNCASAL encaminhou à PREVIC Ofício nº 021/2018- DP/FUNCASAL, de 21 de março de 2018, sobre a formalização do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para transferência da gestão do Plano de Benefícios Definido – BD nº 01, CNPB nº 19.880.024-19. O processo de transferência de gestão para a FIPECq

Previdência está em andamento, com previsão de conclusão em 2024; e que após a conclusão da transferência será dado início ao processo de extinção do Plano de Gestão Administrativa – PGA, com a consequente descontinuidade operacional da FUNCASAL. Nossa opinião não apresenta ressalva no tocante a este assunto.

### E. SEGURO DOS PRINCIPAIS ATIVOS

Conforme exposto na nota explicativa nº 30, a companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não mantinha seguros para os seus principais ativos. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da **CASAL** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações finan-

ceiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CASAL** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a **CASAL** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da CASAL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- A.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- B.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CASAL.
- C.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- D.** Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional



e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a **CASAL** a não mais se manter em continuidade operacional.

**E.** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## Demonstrações financeiras e notas explicativas

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
		<b>151.711.342</b>	<b>149.084.810</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	17.967.704	27.347.953
Contas a Receber de Clientes	5	126.487.440	114.583.760
Estoques	6	1.394.510	1.469.116
Tributos a Recuperar	7	2.342.048	2.320.470
Outros Créditos	8	3.519.640	3.363.511
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>6.991.405.949</b>	<b>353.228.605</b>
Realizável a longo prazo		17.797.714	17.685.933
Depósitos Judiciais	9	12.200.167	10.877.376
Contas a Receber de Clientes	5	2.269.380	4.118.631
Pagamentos Reembolsáveis	10	3.328.167	2.689.926
Imobilizado	11	338.838.815	334.948.542
Intangível	12	6.634.769.420	594.130
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>7.143.117.291</b>	<b>502.313.415</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
		<b>108.231.365</b>	<b>95.859.416</b>
Fornecedores e Empreiteiros	13	32.427.719	25.544.999
Salários e Encargos Sociais a Pagar		13.107	31.739
Tributos a Recolher	14	25.932.135	25.636.628
Parcelamento de Tributos	15	3.169.643	2.498.339
FUNCASAL	16	8.258.012	5.713.333

Parcelamento — CEAL/Equatorial	17	10.228.694	21.555.754
Consignação a Pagar		889.952	944.281
Provisões p/ Férias e Encargos Sociais	18	6.010.485	5.081.288
Outros Débitos — Energia Elétrica	19	21.301.618	8.853.055

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>595.607.142</b>	<b>584.340.849</b>
Fornecedores e Empreiteiros	13	97.397.531	91.110.483
Parcelamentos de Tributos	15	4.754.464	6.245.847
FUNCASAL	16	180.979.370	180.979.370
Parcelamento — CEAL/Equatorial	17	184.523.521	181.516.114
Provisão p/ Contingências	20	63.526.412	57.001.191
Convênios — SEINFRA/CODEVASF	21	64.425.844	67.487.844
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>6.439.278.784</b>	<b>(177.886.850)</b>
Capital Social	22.a	469.681.938	424.881.666
Lucros (prejuízos) acumulados		5.969.596.846	(602.768.516)
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>7.143.117.291</b>	<b>502.313.415</b>

\* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>			
		<b>453.757.617</b>	<b>438.354.710</b>
(—) Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos	24	(235.079.866)	(220.940.029)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>218.677.751</b>	<b>217.414.681</b>

<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>	23	<b>(250.007.945)</b>	<b>(266.707.256)</b>
(—) Despesas Comerciais	24	(35.242.086)	(112.895.440)
(—) Despesas Administrativas	24	(206.973.448)	(149.521.374)
(—) Despesas Tributárias	25	(3.915.128)	(2.122.318)
(—) Despesas c/ contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	26	(24.469.612)	(16.504.756)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	20.592.369	14.336.632
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(31.330.194)</b>	<b>(49.292.575)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	28	<b>(29.901.066)</b>	<b>(20.626.500)</b>
(—) Despesas Financeiras	24	(38.694.933)	(40.400.952)
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>8.793.867</b>	<b>19.774.452</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b>		<b>(61.231.260)</b>	<b>(69.919.075)</b>
(—) Provisão IRPJ e CSLL	24	—	—
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(61.231.260)</b>	<b>(69.919.075)</b>
* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(61.231.260)</b>	<b>(69.919.075)</b>
Outros Resultados Abrangentes		—	—
<b>PREJUÍZO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>(61.231.260)</b>	<b>(69.919.075)</b>

	Notas	Capital Social			
		Capital Subscrito	Capital a integralizar	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>757.381.666</b>	<b>(410.000.000)</b>	<b>(532.849.441)</b>	<b>(185.467.775)</b>
Integralização de Capital		—	77.500.000	—	77.500.000
Prejuízo Líquido do Exercício		—	—	(69.919.075)	(69.919.075)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>757.381.666</b>	<b>(332.500.000)</b>	<b>(602.768.516)</b>	<b>(177.886.850)</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		—	—	—	—
Reconhecimento de Contratos de Concessão	22.b	—	—	6.633.596.622	6.633.596.622
Integralização de Capital	22.a	—	44.800.272	—	44.800.272
Prejuízo Líquido do Exercício		—	—	(61.231.260)	(61.231.260)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<b>757.381.666</b>	<b>(287.699.728)</b>	<b>5.969.596.846</b>	<b>6.439.278.784</b>

\* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Prejuízo Líquido do Exercício		(61.231.260)	(69.919.075)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e Amortização	11/12	8.498.995	8.754.454
Constituição (Reversão) de Contingências	26	24.469.612	16.504.756

Provisão (Reversão) p/ Perdas na Realização de Contas a Receber	5	16.049.424	22.253.544
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>		<b>(12.213.229)</b>	<b>(22.406.321)</b>
<b>(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais</b>			
Contas a Receber de Clientes		(26.103.853)	(6.448.583)
Estoques		74.606	1.720.856
Tributos a Recuperar		(21.578)	(154.208)
Outros Créditos		(156.129)	(2.864.610)
Depósitos Judiciais		(1.322.791)	36.060.575
Pagamentos Reembolsáveis		(638.241)	(464.101)
<b>Aumento (redução) nos Passivos Operacionais</b>			
Fornecedores e Empreiteiros		13.169.768	(1.473.423)
Salários e Encargos Sociais a Pagar		(18.632)	16.369
Tributos a Recolher		295.507	(503.647)
Parcelamento de Tributos		(820.079)	(41.159.642)
FUNCASAL		2.544.679	6.590.410
Parcelamento - CEAL/Equatorial		(8.319.653)	(9.074.751)
Consignações a Recolher		(54.329)	127.745
Provisões p/ Férias e Encargos Sociais		929.197	(1.270.850)
Outros Débitos - Energia Elétrica		12.448.563	(1.421.451)
Provisão p/ Contingências		(17.944.391)	(2.257.588)
Convênios - SEINFRA/CODEVASP		(3.062.000)	2.794.248
<b>Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>		<b>(41.212.585)</b>	<b>(42.188.972)</b>



	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de Imobilizado	11	(12.136.538)	(15.321.760)
Intangível	12	(831.398)	(279.284)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(12.967.936)</b>	<b>(15.601.044)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento</b>			
Aumento de Capital		44.800.272	77.500.000
<b>Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>44.800.272</b>	<b>77.500.000</b>
<b>(Aplicação) Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício</b>		<b>(9.380.249)</b>	<b>19.709.984</b>
<b>(Aplicação) Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício</b>		<b>(9.380.249)</b>	<b>19.709.984</b>
<b>Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa – saldo inicial	4	27.347.953	7.637.969
<b>Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial	4	27.347.953	7.637.969
Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Final	4	17.967.704	27.347.953
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(9.380.249)</b>	<b>19.709.984</b>

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento de Alagoas foi criada ori-

ginalmente com a denominação Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas (abreviadamente, Casal), cuja constituição foi autorizada pelas Leis Estaduais nº 2.491, de 1º de dezembro de 1962 e nº 2.557, de 21 de junho de 1963, é uma Sociedade de Economia Mista Estadual, de capital fechado, vinculada inicialmente a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas e atualmente à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), conforme Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, com sede e foro na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, e jurisdição em todo o território do Estado, com prazo de duração indeterminado, que se rege pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pelo seu estatuto social.

A **CASAL** é controlada pelo Governo do Estado de Alagoas, que detém 99,98218% do capital votante e seus atos são fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado de Alagoas e pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

### GUERRA DE ISRAEL VS. HAMAS

A eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, segundo analistas reverberaram na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países. Segundo projeções econômi-

cas, nesse contexto, o preço do petróleo pode alcançar patamares elevados, fazendo o crescimento global (PIB mundial) recuar; pois o oriente médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão Rússia à Ucrânia.

A companhia está monitorando atentamente as repercussões desses conflitos e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### A. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que inclui os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2 de maio de 2009, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e ratificados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## B. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma.

## C. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da companhia e, também, a moeda de apresentação, e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

## USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas

são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nºs 3.b e 5 - Provisão para perda na realização do contas a receber de clientes.
- Notas explicativas nºs 3.g e 11 - Determinação de vidas úteis e mensuração do ativo imobilizado.
- Notas explicativas nºs 3.h e 12 - Determinação de vidas úteis e mensuração do ativo intangível.
- Notas explicativas nºs 3.k e 16 – Determinação das provisões e contingências passivas, inclusive quanto ao passivo atuarial.

A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da CASAL, em 14 de março de 2024.

## D. PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS CPC E ADOÇÃO PELA COMPANHIA

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração da companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor em ou após 1º de janeiro de 2023.

### I. CPC novo em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, ocorreu alteração nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que é obrigatoriamente válida para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023, a saber:

### II. CPC 50 – Contratos de Seguros, que substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.



A companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.

### III. CPCs revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a companhia não adotou as alterações a seguir elencadas, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

As alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações no âmbito da IFRS 10 e da IAS 28.

- Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante.

As alterações ao CPC 26 (R1) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses

itens.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada no âmbito da IAS 1.

- Alterações à IFRS 16 (CPC 06) - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

Ressalte-se que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a adoção antecipada dos pronunciamentos anteriores às respectivas datas de vigência mandatórias.

A administração da companhia se encontra em fase de análise das revisões (alterações) emitidas dos pronunciamentos contábeis e aplicáveis apenas para os exercícios subsequentes, sendo que na data de aprovação

dessas demonstrações financeiras, embora ainda não concluída a análise, a administração espera não existir impactos materiais em suas demonstrações financeiras futuras a partir de 1º de janeiro de 2024.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

### A. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos em bancos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### B. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são reconhecidos ao valor justo, registradas pelo valor faturado decorrentes da prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário e líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no curso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber

são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxas de juros efetiva e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ressalte-se que a companhia não adotou no exercício findo a CPC 12 - Ajuste a Valor Presente para as contas a receber apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, sendo constituída da seguinte forma:

I. em relação aos quais já tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do poder judiciário;

II. sem garantia, de valor:

- até R\$ 5.000, por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- acima de R\$ 5.000 até R\$ 30.000, por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e
- superior a R\$ 30.000, vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- com garantia, vencidos há mais de dois anos, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias;
- contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar. A parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial poderá, também, ser deduzida como perda, observadas as condições previstas anteriormente.
- os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios dotados nesta metodologia.

### C. ESTOQUES

Está constituído principalmente por materiais de manutenção e conserto. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização, ou seja, os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda.

### D. TRIBUTOS A RECUPERAR

São avaliados pelo custo histórico e não excedem o valor esperado de realização, e estão representados por tributos federais a recuperar ou a compensar.

### E. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não operou, no exercício, com instrumentos financeiros derivativos.

#### III. Ativos financeiros não derivativos

A companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



A companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, conforme notas explicativas nºs 3.a., 3.b., 4 e 5. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### IV. Passivos financeiros não derivativos

A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empreiteiros, e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### F. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - IMPAIRMENT

##### V. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência

objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### VI. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **G. IMOBILIZADO**

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de atualização monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzido da correspondente depreciação acumulada, calculada pelo método linear e com base nas taxas determinadas pela legislação fiscal (IN SRF nº 1.700/2017) sobre o saldo das contas e apropriada no resultado, e da perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de histórico é composto pelos gastos diretamente aplicados na aquisição dos elemen-

tos e juros e demais encargos financeiros capitalizados.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da companhia é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia não realizou o teste de recuperabilidade e não avaliou a vida útil e o valor residual do seu imobilizado.

Os adiantamentos a fornecedores de bens destinados ao ativo imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição, ou seja, pelo valor desembolsado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A companhia realiza manutenções do imobilizado, e quando há evidências de que os referidos gastos aumentam a vida útil do bem, são contabilizados como um componente do custo do imobilizado e depreciado com base na nova vida útil. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de produção, são reconhecidos no resultado

como despesa.

#### **H. INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados, conforme contratos de concessões.

Os ativos intangíveis estão representados por gastos realizados com aquisições de licenças, utilitários de informática e contratos de concessões, compostos por direitos de exploração dos serviços públicos de captação, tratamento e fornecimento de água tratada na região metropolitana de Maceió/AL – RMM e nas unidades regionais de saneamento agreste/sertão e zona da mata/litoral alagoana, cujo valor principal foi reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e cuja mensuração e definição de vida útil dependem da conclusão do trabalho e laudo a ser emitido por firma independente

Os direitos relativos a licenças de utilitários de informática, são demonstrados por seus custos históricos, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas e perdas de valor recuperável, quando aplicável.



## I. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

As obrigações com os fornecedores e empreiteiros são decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das operações da companhia, reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas no passivo circulante na condição de que sua liquidação seja no prazo de até 12 meses; de outro modo, esses valores serão evidenciados no passivo não circulante.

## J. ARRENDAMENTOS

São ativos em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os ativos arrendados, quando existentes, são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo e são depreciados utilizando o método linear pelo prazo dos contratos.

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme a seguir:

- Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- Reconhecimento da amortização dos ativos de direito

de uso e os efeitos financeiros dos passivos de arrendamento no resultado.

- Valor total de caixa pago em principal e juros apresentados em atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

## K. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são constituídas para os riscos contingentes com expectativa de perda provável, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos da companhia e os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos proces-

sos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

## L. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

A companhia é optante pelo lucro real, ou seja, sua contribuição social é apurada utilizando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, compensando a base negativa de contribuição social.

A companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A partir de 10 de dezembro de 2015 a companhia passou a ser considerada imune quanto ao imposto de renda - IRPJ, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) transitada em julgado no dia 01 de julho de 2016, razão pela qual apenas a CSLL é reconhecida como imposto a pagar sobre o lucro tributável.

## M. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A companhia não possui transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

#### **N. RECONHECIMENTO DA RECEITA**

A companhia elaborou suas demonstrações financeiras com base no regime de competência. Neste regime os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para estes itens. Dessa forma, os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e não quando são recebidos ou pagos, sendo reconhecidos na contabilidade e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos aos quais se referem.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos incidentes sobre ativos e passivos, circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor recuperável ou de realização, ou mensurados a valor justo.

As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos

respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, ou seja, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro, quando existentes.

#### **N.I. RECEITA POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

As receitas de vendas de serviços estão apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita é reconhecida quando há segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia, em linha com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e que estabelece que o reconhecimento das receitas deve ser realizado com base nos contratos firmados com clientes em um processo de cinco etapas: identificação do contrato, identificação das obrigações do contrato, definição do preço, alocação do preço às obrigações de performance e cumprimento dessas obrigações.

A companhia reconhece a receita quando os seguintes critérios são cumpridos: entrega do serviço, mensuração do valor com segurança provável, assimilação de benefícios econômicos e recebimentos. As receitas que são reconhecidas por estimativa, são baseadas em re-

sultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Caso surjam circunstâncias que levem a alterações nas estimativas originais de receitas ou custos haverá a revisão desses valores pela companhia, podendo resultar em aumentos ou reduções dos seus valores e estarão refletidas no resultado do exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

#### **N.II. RECEITA FINANCEIRA**

A receita financeira é reconhecida de acordo o prazo transcorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Após isso, à medida que o tempo passa, os juros são integrados ao contas a receber e receitas financeiras.

#### **O. CONTINUIDADE OPERACIONAL**

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração da companhia de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a companhia ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.



## P. EVENTOS SUBSEQUENTES

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A administração da companhia entende que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estavam compostos conforme descrito no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa	207	—
Bancos Conta Movimento	11.273.948	5.162.398
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	6.693.549	22.185.555
<b>Total</b>	<b>17.967.704</b>	<b>27.347.953</b>

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Contas a Receber de Clientes	509.081.971	481.720.394
(-) Provisão p/ Perdas na Realização de Contas a Receber	(382.594.531)	(367.136.634)
<b>Subtotal</b>	<b>126.487.440</b>	<b>114.583.760</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a Receber de Clientes	2.269.380	4.118.631
<b>Subtotal</b>	<b>2.269.380</b>	<b>4.118.631</b>
<b>Total</b>	<b>128.756.820</b>	<b>118.702.391</b>

A movimentação da provisão para os créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>No Início do Exercício</b>	<b>(367.136.634)</b>	<b>(345.238.235)</b>
Constituição	(22.379.220)	(36.709.352)
Reversão	6.329.796	14.455.808
Baixa	591.527	355.145
<b>No Final do Exercício</b>	<b>(382.594.531)</b>	<b>(367.136.634)</b>

## 6. ESTOQUES

Os estoques estavam assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Material de Almojarifado	1.394.510	1.460.091
Transferências Materiais	—	9.025
<b>Total</b>	<b>1.394.510</b>	<b>1.469.116</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar e a compensar são:

	31/12/2023	31/12/2022
CSLL a Recuperar	1.324.918	1.320.578
IRPJ a Recuperar	929.514	928.234
INSS a Recuperar	47.919	31.962
IR a Recuperar	37.356	37.355
COFINS a Recuperar	1.924	1.924
PIS a Recuperar	417	417
<b>Total</b>	<b>2.342.048</b>	<b>2.320.470</b>

## 8. OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a Forn., Empreiteiros e Prest. de Serv.	2.898.681	2.608.469
Adiantamentos a Funcionários	496.878	595.448
Outros créditos	124.081	159.594
<b>Total</b>	<b>3.519.640</b>	<b>3.363.511</b>

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a depósitos e bloqueios determinados pela justiça concernentes a processos cíveis e trabalhistas, tendo a companhia como reclamada.

	31/12/2023	31/12/2022
Valores Bloqueados por Medida Judicial	8.700.627	9.593.850
Depósitos Judiciais p/ Colaboradores, Prest. de Serviços e Fornecedores	3.499.540	1.283.526
<b>Total</b>	<b>12.200.167</b>	<b>10.877.376</b>

## 10. PAGAMENTOS REEMBOLSÁVEIS

Refere-se, basicamente, a valores a receber oriundos dos gastos com colaboradores cedidos a outros órgãos do Governo do Estado de Alagoas.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Pagamentos Reembolsáveis de Pessoal a Disposição	3.328.167	2.689.926

## 11. IMOBILIZADO

O immobilizado está assim demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Imobilizado em Operação</b>		
Sistema de Abastecimento d'água	308.904.736	307.045.037
Sistemas de Esgotos Sanitários	54.462.247	54.462.247
Bens de Uso Geral	19.487.877	18.989.116
<b>Subtotal</b>	<b>382.854.860</b>	<b>380.496.400</b>

<b>Imobilizado em Andamento</b>		
Sistema de Abastecimento d'água	231.382.050	221.603.971
Sistemas de Esgotos Sanitários	2.771.783	2.771.783
Projetos e Obras	29.666	29.666
<b>Subtotal</b>	<b>234.183.499</b>	<b>224.405.420</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>(278.199.544)</b>	<b>(269.953.278)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>338.838.815</b>	<b>334.948.542</b>

A movimentação do ativo immobilizado foi a seguinte:

	31/12/2023	Aquisições	Baixas/ transferências	31/12/2022
<b>Imobilizado em Operação</b>				
Sistema de Abastecimento d'água	308.904.736	1.859.699	—	307.045.037
Sistemas de Esgotos Sanitários	54.462.247	—	—	54.462.247
Bens de Uso Geral	19.487.877	498.761	—	18.989.116
<b>Subtotal</b>	<b>382.854.860</b>	<b>2.358.460</b>	<b>—</b>	<b>380.496.400</b>

<b>Imobilizado em Andamento</b>				
Sistema de Abastecimento d'água	231.382.049	9.778.078	—	221.603.971
Sistemas de Esgotos Sanitários	2.771.783	—	—	2.771.783
Projetos e Obras	29.666	—	—	29.666
<b>Subtotal</b>	<b>234.183.498</b>	<b>9.778.078</b>	<b>—</b>	<b>224.405.420</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(278.199.543)</b>	<b>(8.246.265)</b>	<b>—</b>	<b>(269.953.278)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>338.838.815</b>	<b>3.890.273</b>	<b>—</b>	<b>334.948.542</b>

Levantamento e tombamento dos bens móveis e imóveis de propriedade da companhia:

No exercício de 2010 foi contratada empresa especializada com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, efetuar o levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, booters, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos em parte dos municípios onde a companhia mantém operações (24 municípios do Estado de Alagoas). Em 2017, foi firmado novo contrato com a empresa Cotrim e Amaral – Avaliações e Perícias Judiciais Ltda – ME, decorrente de licitação, com o objetivo de realizar o levantamento e a avaliação patrimonial dos bens que compõem o seu patrimônio. Somente após a conclusão desse trabalho, da forma que foi exigida no termo de referência e em sua totalidade, ou seja, em todos os municípios em que a companhia mantém negócios, serão efetuados os ajustes contábeis para a regularização dos saldos do ativo immobilizado da companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o referido trabalho de levantamento e avaliação patrimonial não havia sido concluído.



## 12. INTANGÍVEL

O intangível estava composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Direito de Uso</b>		
Software	1.676.986	845.589
Produção de Água — Contratos de Concessão	6.633.596.623	—
<b>Subtotal</b>	<b>6.635.273.609</b>	<b>845.589</b>
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(504.189)</b>	<b>(251.459)</b>
<b>Intangível</b>	<b>6.634.769.420</b>	<b>594.130</b>

A movimentação do ativo intangível foi a seguinte:

	31/12/2023	Aquisições/ Ajustes	Baixas/ Transferências	31/12/2022
<b>Direito de Uso</b>				
Software	1.676.986	831.397	—	845.589
<b>Subtotal (a)</b>	<b>1.676.986</b>	<b>831.397</b>	<b>—</b>	<b>845.589</b>
<b>Produção de Água – Contratos</b>				
Bloco A	4.567.985.510	4.567.985.510	—	—
Bloco B	1.401.414.127	1.401.414.127	—	—
Bloco C	664.196.986	664.196.986	—	—
<b>Subtotal (a)</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(504.189)</b>	<b>(252.730)</b>	<b>—</b>	<b>(251.459)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>6.634.769.420</b>	<b>6.634.175.290</b>	<b>—</b>	<b>594.130</b>

(a) Reconhecimento dos contratos de concessão

A companhia, por meio de concessões com entidades privadas, presta serviços de captação e tratamento de água bruta, e a receita é decorrente da venda de água tratada às concessionárias dos blocos A, B e C. Os contratos de concessão, em média, têm vigência definida entre 20 e 30 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia iniciou o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, analisando e mensurando os efeitos retroativos pertinentes ao tema. Os procedimentos envolvem análises dos contratos vigentes e vencidos e que não foram reconhecidos contabilmente em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 o referido trabalho não havia sido concluído, mas foi registrado como ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 6.633.596.623, sem tratar dos efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras.

## 13. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

Estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>	<b>32.427.719</b>	<b>25.544.999</b>
Fornecedores Diversos	27.133.532	20.450.454
Depósitos e Retenções Contratuais	5.294.187	5.094.545

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Não Circulante</b>	<b>97.397.531</b>	<b>91.110.483</b>
Fornecedor SABESP	21.217.573	27.018.386
Empreiteiros	76.179.958	64.092.097
<b>Total</b>	<b>129.825.250</b>	<b>116.655.482</b>

## 14. TRIBUTOS A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
SESI a Recolher (a)	10.573.743	10.256.219
SENAI a Recolher (b)	9.348.122	9.075.993
INSS a Recolher	2.073.091	1.938.276
COFINS a Recolher	1.514.861	1.628.913
IRRF a Recolher	1.104.217	1.111.053
FGTS a Recolher	593.231	613.791
PIS a Recolher	328.132	352.931
ISS a Recolher	267.223	279.496
Outros	129.515	379.956
<b>Total</b>	<b>25.932.135</b>	<b>25.636.628</b>

(a) SESI a recolher - refere-se a valores em aberto junto ao SESI relativos às competências de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, bem como os valores concernentes ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados e sofrem apenas os

acréscimos de multas e juros por atraso.

(b) SENAI a recolher - refere-se a valores em aberto junto ao SENAI relativos às competências de março de 1993 a julho de 2008, bem como valores concernentes ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso.

(c) Em 2018, a companhia passou a se beneficiar da decisão relativa ao processo nº 0805600-87.2016.4.05.800, de 1º de julho de 2016, decorrente de decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, que trata acerca do reconhecimento do direito a imunidade tributária recíproca em relação aos tributos incidentes sobre os seus bens, rendas e serviços, em especial o imposto de renda e o imposto sobre operações financeiras – IOF. Com base em decisão transitada em julgado, a companhia está imune aos citados tributos, independente do resultado obtido em cada exercício. A companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 2023 e 2022.

A administração da companhia está envidando esforços no sentido de iniciar uma negociação para um possível parcelamento destas dívidas.

## 15. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

Representado por parcelamento de processos da CSLL:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Parcelamento CSLL	3.169.643	2.498.339
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento CSLL	4.754.464	6.245.847
<b>Total</b>	<b>7.924.107</b>	<b>8.744.186</b>

## 16. FUNCASAL — FUNDAÇÃO CASAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Essa obrigação estava representada da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
FUNCASAL-Seguridade Social - Parcelamento	7.948.973	5.663.487
FUNCASAL-Seguridade Social - Patronal	306.130	46.936
Depósito Judicial FUNCASAL	2.909	2.910
<b>Subtotal</b>	<b>8.258.012</b>	<b>5.713.333</b>
<b>Não Circulante</b>		
FUNCASAL-Seguridade Social - Parcelamento	180.979.370	180.979.370
<b>Subtotal</b>	<b>180.979.370</b>	<b>180.979.370</b>
<b>Total</b>	<b>189.237.382</b>	<b>186.692.703</b>

### PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

O plano de benefício previdenciária administrado pela

FUNCASAL é de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 19880024-19, conforme enquadramento na Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a FUNCASAL tem como principal finalidade, suplementar os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, os servidores da **CASAL** e FUNCASAL, tais como complementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade, de aposentadorias especiais, de pensão, de abono anual e do auxílio doença.

Em 23 de novembro de 2005 foi assinado contrato entre a **CASAL** e a FUNCASAL um instrumento particular de confissão de dívida com garantia de caução, relativas à consolidação de débitos de contribuições de dívidas da primeira na condição de patrocinadora e retidas dos participantes. A dívida resultante do contrato foi programada para pagamento em 360 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2006 e a última em 15 de abril de 2036, calculadas e atualizadas nas formas estabelecidas em nota técnica atuarial de cálculo das prestações mensais a serem amortizadas referente a dívida da patrocinadora **CASAL** para com a FUNCASAL, conforme constante do anexo ao JM/2522, de 08 de novembro de 2006, integrante do



acordo extrajudicial. A companhia vem cumprindo mensalmente o pagamento das parcelas que representam, inicialmente, amortização de parte dos juros firmados no acordo, e cujo saldo devedor é atualizado pelo INPC (IBGE) ou outro índice que vier substituí-lo, acrescido de juros de 6% ao ano e capitalizados mensalmente.

A **CASAL** é patrocinadora da FUNCASAL, entidade fechada de previdência privada, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 4.281, de 28 de julho de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, obedecendo às normas expedidas por meio da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A **CASAL** iniciou a transferência do plano de previdência BD nº 01 para a Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do Inpe e do Inpa (FIPECq). A operação incluirá todos os participantes e assistidos do plano, assim como a integralidade de seus ativos e passivos inclusive ações judiciais, contingências e provisões. Nesse processo de transferência foi feita avaliação atuarial pela empresa, due diligence atuarial e legal do Plano BD nº 01 da FUNCASAL, onde no Relatório RN/FIPECq N° 007/2019, na

sua página 33, expõe que “verificou-se que as receitas originadas pelos recursos garantidores conferem liquidez ao plano até o ano de 2046, época prevista para o término dos recursos garantidores.”

A **CASAL** tem a intenção de continuar patrocinando o Plano BD nº 01 e cumprindo suas obrigações legais e contratuais em relação àquele plano de benefícios, sem perda dos direitos atualmente garantidos aos participantes e assistidos.

#### **PASSIVO ATUARIAL E PROVISÕES MATEMÁTICAS**

A **CASAL** no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, patrocinadora do FUNCASAL, não realizou avaliação do passivo atuarial decorrente do Plano de Benefício Definido, e conseqüentemente o reconhecimento dos seus efeitos nas demonstrações financeiras findas naquela data. A patrocinadora **CASAL** e a própria FUNCASAL contribuem mensalmente com contribuição normal, de valor equivalente ao montante mensal total das contribuições normais de seus respectivos participantes, inclusive os assistidos, em atendimento à Emenda Constitucional no 20 (paridade de contribuições patrocinadora e participantes).

As provisões matemáticas que representam o valor atual dos compromissos futuros líquidos, calculados pelo atuário responsável pelo plano, sendo consideradas as

projeções de benefícios e de contribuições e estando segregadas em provisões de benefícios concedidos, que representam os compromissos com assistidos e beneficiários, e provisões de benefícios a conceder, que correspondem aos compromissos com os participantes ativos, que não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões), conforme apresentado no relatório da avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido de 2023 - JM/0503/2024, emitido pela Consultoria Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, e conforme Laudo nº JM/0432/2024, estavam compostas da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:

	(R\$ MIL)	
Descrição	2023	2022
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>218.505</b>	<b>209.479</b>
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</b>	<b>218.505</b>	<b>209.479</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	204.612	195.765
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	13.893	13.714
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>69.020</b>	<b>66.490</b>
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>62.488</b>	<b>60.279</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	87.333	84.808
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-13.636	-13.465

(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-11.209	-11.064
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado</b>	<b>6.532</b>	<b>6.211</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	10.130	9.765
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-1.975	-1.951
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-1.623	-1.603
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>287.525</b>	<b>275.969</b>

As provisões matemáticas representam compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes inscritos na entidade ou aos seus beneficiários, sob a forma de planos de renda e pecúlio, determinados em bases atuariais pelo regime financeiro de capitalização. Em 31 de dezembro de 2023 a plano de previdência contava com as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidades	
	2023	2024
Ativos sem benefícios adquiridos	427	447
Assistidos	645	652
<b>Total</b>	<b>1.072</b>	<b>1.099</b>
Pensionistas assistidos	0	159

## 17. PARCELAMENTO – CEAL/EQUATORIAL

Está representado por termo de confissão de dívida, conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>	<b>10.228.694</b>	<b>21.555.754</b>
Parcelamento de Energia Elétrica	21.555.754	21.555.754
(-) Ajuste a Valor Presente	(11.327.060)	-
<b>Não Circulante</b>	<b>184.523.521</b>	<b>181.516.114</b>
Parcelamento de Energia Elétrica	267.650.616	278.428.493
(-) Ajuste a Valor Presente	(73.664.026)	(96.912.379)
(-) Depósito Judicial	(9.463.069)	-
<b>Total</b>	<b>194.752.215</b>	<b>203.071.868</b>

Em 2016, foi assinado um termo de confissão e acordo de parcelamento entre a Companhia Energética de Alagoas - CEAL e a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. Neste termo foram consolidadas as faturas referentes ao termo de confissão de dívida nº 006/2008, referente a valores da diferença de correção monetária não quitada no parcelamento nº 002/2004 e o consumo de energia elétrica não quitados. As dívidas foram negociadas da seguinte forma: R\$1.927.637 a título de entrada e o saldo restante a serem pagos em 240 parcelas mensais de R\$1.796.313, com vencimento no último

dia de cada mês subsequente ao mês de competência. O não pagamento de qualquer das parcelas desta confissão de dívida acarreta a cobrança de encargos (2% de multa e 1% de juros ao mês) e correção monetária pelo IGPM ou outro índice que vier substituí-lo, sobre o valor da parcela.

## 18. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Estava representado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Férias	4.390.797	2.909.113
INSS sobre Férias	1.268.427	1.582.933
FGTS sobre Férias	351.261	589.242
<b>Total</b>	<b>6.010.485</b>	<b>5.081.288</b>

## 19. OUTROS DÉBITOS

Representado por contas de energia elétrica não quitadas pela companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Energia Elétrica a Pagar	21.301.618	8.853.055

## 20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões na esfera administrativa ou judicial, as quais, quan-



do aplicáveis, estão amparadas por depósitos judiciais (nota explicativa nº 09). A companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	44.709.773	45.047.992
Fiscais	10.923.448	2.353.537
Trabalhistas	7.893.191	9.599.662
<b>Total</b>	<b>63.526.412</b>	<b>57.001.191</b>

As movimentações das provisões estavam assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>No Início do Exercício</b>	<b>57.001.191</b>	<b>42.754.023</b>
Constituição	45.104.416	16.504.756
Reversão	(20.634.804)	—
Pagamento	(17.944.391)	(2.257.588)
<b>No Final do Exercício</b>	<b>63.526.412</b>	<b>57.001.191</b>

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A companhia tem ações de naturezas cível, trabalhistas e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, pois decorre de obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	3.463.374	273.164.608
Cíveis	2.816.064	478.396.176
Trabalhistas	349.547	218.348
<b>Total</b>	<b>6.628.985</b>	<b>751.779.132</b>

(a) A companhia em 31 de dezembro de 2023, com objetivo de melhor retratar e refletir os valores de seus passivos contingentes, seus administradores, com base em posição técnica dos seus consultores jurídicos, avaliaram, concluíram e passaram a mensurar as contingências passivas judiciais e administrativas com base em estimativa definida de forma individualizada para cada processo (cível, trabalhista e tributário) e de acordo com o grau de risco de perda, abandonado o critério do valor da causa, por não refletir adequadamente o valor do passivo contingente.

## 21. CONVÊNIO – SEINFRA/CODEVASF

A companhia celebrou convênios de cooperação mútua com o Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, nºs 040/2010, 61/2020 e 3300-510/2017 que têm como objetivo principal a cooperação técnica e financeira, visando à realização de obras de melhoramentos/adequações das redes coletoras, de saneamento e distribuidoras de água nos municípios do

Estado de Alagoas.

No tocante ao convênio nº 040/2010, os recursos financeiros montam em R\$ 25.000.000, sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$ 12.500.000, com contrapartida da companhia no valor de R\$ 12.500.000, com aplicação até 31 de dezembro de 2010. Foi repassado pelo Estado de Alagoas, até dezembro de 2014, a soma de R\$ 14.425.844, sendo R\$ 7.599.880 em 2014, R\$ 1.325.964 em 2013, R\$ 2.500.059 em 2011, e R\$2.999.941 em 2010. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para dezembro de 2016. Por meio do convênio nº 3300-510/2017, foram liberados recursos financeiros no valor de R\$ 100.000.000, sendo a parte do Estado de Alagoas no montante de R\$ 50.000.000 e a contrapartida da companhia no valor de R\$ 50.000.000, com aplicação até 31 de dezembro de 2017. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência até março de 2019. Foi repassado pelo Estado de Alagoas até a data do último aditamento o montante de R\$ 50.000 mil, sendo R\$ 20.000.000 em 2017, R\$ 21.482.223 em 2018, e R\$ 8.517.777 em 2019.

No que se refere ao convênio de nº 61/2020 a companhia recebeu o repasse de R\$ 267.751. A administração da companhia solicitou à SEINFRA posicionamento com relação aos recursos disponibilizados nos convênios nºs

040/2010 e 3300-510/2017, com a finalidade de adotar o tratamento contábil adequado aos referidos valores. No entanto, em 31 de dezembro de 2023, a companhia não havia obtido resposta daquela secretaria,

Os saldos dos convênios somavam em 31 de dezembro de 2023:

	Quantidades	
Convênios SEINFRA	64.425.844	64.425.844
Convênio CODEVASF	—	3.062.000
<b>Total</b>	<b>64.425.844</b>	<b>67.487.844</b>

A companhia também firmou convênio com a CODEVASF, conforme termo de compromisso nº 517000/2018, no montante em R\$ 3.062.877, para serem aplicados na execução de obras complementares para conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santana do Ipanema/AL, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado na forma dos §1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, por entender que o objeto do convênio não seria executado, a CASAL procedeu com a devolução dos recursos.22. Patrimônio líquido

#### A. CAPITAL SOCIAL

O capital social da companhia é constituído por ações

ordinárias e preferenciais, e classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da companhia era de R\$757.381.666, representado da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	Percentual de participação
Governo do Estado de Alagoas	136.443.592.738	4.143	136.443.596.881	99,9618%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0313%
CODEVASF	—	6.155.465	6.155.465	0,0045%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0024%
	<b>136.444.341.586</b>	<b>51.401.577</b>	<b>136.495.743.163</b>	<b>100,0000%</b>

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Subscrito	757.381.666	757.381.666
(-) Capital a Realizar	(287.699.728)	(332.500.000)
<b>Capital Realizado</b>	<b>136.495.743.163</b>	<b>424.881.666</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve um integralização de capital, pelo acionista majoritário, da ordem de R\$ 44.800.772 (R\$ 77.500.000, em 2022).

#### B. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia iniciou o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, analisando e mensurando os efeitos presentes e retrospectivos pertinentes ao tema, e que não foram reconhecidos contabilmente em exercícios anteriores. Naquela data o referido trabalho não havia sido concluído, mas foi registrado como ajustes de exercícios anteriores os valores a seguir apresentados, sem espelhar os efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras.

Os contratos de concessão firmados com entidades privadas, têm, em média, vigência definida entre 20 e 30 anos, e se referem aos serviços de captação e tratamento de água bruta, cuja receita é decorrente da venda de água tratada às concessionárias dos blocos A, B e C.

	31/12/2023	31/12/2022
Bloco A	4.567.985.510	—
Bloco B	1.401.414.127	—
Bloco C	664.196.986	—
<b>Total</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>—</b>

#### C. RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A administração reconhece a atual situação e vem procurando adotar medidas com o objetivo de assegurar a



recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades. O acionista majoritário, Estado de Alagoas, por meio da Lei Estadual nº 8.481/21, comprometeu-se a transferir a companhia recursos da ordem de R\$ 400.000 mil, para investimentos e pagamento de passivos, e a transferir bens imóveis, até o valor de R\$ 2.600.000 mil, para aumento de capital social.

A administração da companhia expõe que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional e de que a companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a companhia ou interromper as operações; o que envolve o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### A. CAPITAL SOCIAL

O capital social da companhia é constituído por ações ordinárias e preferenciais, e classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da companhia era de R\$ 757.381.666, representado da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	Percentual de participação
Governo do Estado de Alagoas	136.443.592.738	4.143	136.443.596.881	99,9618%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0313%
CODEVASF	—	6.155.465	6.155.465	0,0045%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0024%
	<b>136.444.341.586</b>	<b>51.401.577</b>	<b>136.495.743.163</b>	<b>100,0000%</b>
			<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Capital Subscrito			757.381.666	757.381.666
(-) Capital a Realizar			(287.699.728)	(332.500.000)
<b>Capital Realizado</b>			<b>469.681.938</b>	<b>424.881.666</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve um integralização de capital, pelo acionista majoritário, da ordem de R\$ 44.800.772 (R\$ 77.500.000, em 2022).

### B. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia iniciou o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, analisando e mensurando os efeitos presentes e retrospectivos pertinentes ao tema, e que não foram reconhecidos contabilmente em exercícios anteriores. Naquela data o referido trabalho não havia sido concluído, mas foi registrado como ajustes de exer-

cícios anteriores os valores a seguir apresentados, sem espelhar os efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras.

Os contratos de concessão firmados com entidades privadas, têm, em média, vigência definida entre 20 e 30 anos, e se referem aos serviços de captação e tratamento de água bruta, cuja receita é decorrente da venda de água tratada às concessionárias dos blocos A, B e C.

	31/12/2023	31/12/2022
Bloco A	4.567.985.510	—
Bloco B	1.401.414.127	—
Bloco C	664.196.986	—
<b>Total</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>—</b>

### C. RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

A administração reconhece a atual situação e vem procurando adotar medidas com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades. O acionista majoritário, Estado de Alagoas, por meio da Lei Estadual nº 8.481/21, comprometeu-se a transferir a companhia recursos da ordem de R\$400.000 mil, para investimentos e pagamento de passivos, e a transferir bens imóveis, até o valor de R\$2.600.000 mil, para aumento de capital social.

A administração da companhia expõe que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional e de que a companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a companhia ou interromper as operações; o que envolve o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

## 23. RECEITA LÍQUIDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida da venda de serviços está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita Bruta de Serviços</b>		
Serviços de Abastecimento d'Água	454.150.446	442.358.932
Serviços de Esgotamento Sanitário	25.003.273	23.441.412
<b>No Final do Exercício</b>	<b>479.153.719</b>	<b>465.800.344</b>
<b>Deduções</b>		
(-) Impostos	(17.691.602)	(17.105.227)
(-) Cancelamentos	(5.399.773)	(8.096.128)
(-) Parcelamentos	(2.304.727)	(2.244.279)
<b>Subtotal</b>	<b>(25.396.102)</b>	<b>(27.445.634)</b>
<b>Total</b>	<b>453.757.617</b>	<b>438.354.710</b>

## 24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e as despesas operacionais estavam assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Energia Elétrica	(121.007.463)	(106.489.516)
Salários, Ordenados e Benefícios	(85.509.051)	(82.209.308)
Serviços de Conservação e Manutenção de Sistema	(73.259.724)	(78.554.434)
Outros Custos e Despesas	(41.496.716)	(39.822.362)
Aluguéis de Imóveis	(41.296.870)	(29.863.993)
Perdas de Crédito de Faturas a Receber	(22.419.220)	(36.709.352)
Encargos Sociais	(22.296.406)	(21.989.532)
Serviços Técnicos - Pessoa Jurídica	(20.338.545)	(32.169.156)
Locação de Bens Móveis	(19.793.014)	(17.529.844)
Depreciação e Amortização	(8.498.996)	(8.754.454)
Material de Tratamento	(7.192.359)	(6.635.644)
Higiene e Vigilância	(3.881.200)	(6.695.430)
Tarifas Bancárias Sobre Faturas de Água/Esgoto	(2.486.112)	(3.852.121)
Combustíveis e Lubrificantes	(2.113.388)	(2.582.366)
Material de Conservação e Manutenção do Sistema	(1.745.339)	(3.047.509)
Serviços de Leitura e Entrega de Contas	(1.478.058)	(4.094.972)
Indenizações e Avisos Prévios	(1.468.600)	(584.017)
Serviços de Processamento de Dados	(999.779)	(1.515.698)
Serviços de Cortes e Religação	(14.600)	(257.135)
<b>Total</b>	<b>(477.295.440)</b>	<b>(483.356.843)</b>

(-) Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos	(235.079.866)	(220.940.029)
(-) Despesas Administrativas	(206.973.488)	(149.521.374)
(-) Despesas Comerciais	(35.242.086)	(112.895.440)
<b>Total</b>	<b>(477.295.440)</b>	<b>(483.356.843)</b>

## 25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Estavam representadas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa Pelo Uso da Água e Pela Fiscalização - ARSAL	(1.867.078)	(1.879.276)
Outros	(1.830.831)	(16.745)
Impostos	(217.219)	(226.297)
<b>Total</b>	<b>(3.915.128)</b>	<b>(2.122.318)</b>

## 26. DESPESAS COM CONTINGÊNCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Estavam assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Trabalhistas	266.192	(4.598.735)
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Tributárias	(8.785.526)	—
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Cíveis	(15.950.278)	(11.906.021)
<b>Total</b>	<b>(24.469.612)</b>	<b>(16.504.756)</b>



## 27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estavam representadas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Outras	17.569.750	6.194.555
Recuperação de Perdas Sobre Créditos a Receber	6.921.324	14.455.808
<b>Subtotal</b>	<b>24.491.074</b>	<b>20.650.363</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Perdas Ajuste de Inventário	(2.749.471)	(3.032.877)
Outras Despesas	(742.495)	(2.002.698)
Contribuições, Doações e Premiações	(352.438)	(28.645)
Despesas Ambientais	(50.444)	(1.246.573)
Cancelamento de Receita Exercício Anterior	(3.857)	(2.938)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.898.705)</b>	<b>(6.313.731)</b>
<b>Total</b>	<b>20.592.369</b>	<b>14.336.632</b>

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

Representado da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Acréscimos por Impontualidade	4.714.359	10.097.143
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.922.438	1.714.218
Descontos Obtidos	928.157	512.372

Atualização de Recebíveis	228.913	7.232.153
Varição Cambial Ativa	—	218.566
<b>Subtotal</b>	<b>(8.793.867)</b>	<b>(19.774.452)</b>

<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de Dívida com Parcelamento da FUNCASAL	(17.915.028)	(21.684.592)
Encargos de Dívida com Parcelamento da CEAL	(11.921.293)	(12.481.004)
Encargos SABESP	(3.537.759)	—
Encargos de Tributos e Contribuições Sociais em Atraso	(1.679.312)	(106.708)
Outras	(1.535.586)	(88.476)
Juros Pagos	(1.491.362)	(5.499.573)
Encargos Financeiros de Dívidas com Fornecedores	(614.593)	(540.599)
<b>Subtotal</b>	<b>(38.694.933)</b>	<b>(40.400.952)</b>
<b>Total</b>	<b>(29.901.066)</b>	<b>(20.626.500)</b>

## 29. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. Os contratos de concessão têm, em média, vigência definida entre 20 e 30 anos. A receita da companhia é decorrente, basicamente, da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 77 municípios do Es-

tado de Alagoas, sendo que há 41 contratos vigentes, dos quais 6 são contratos de concessão e 35 contratos de programa. De um total de 17 sedes municipais operadas, 6 estão em processo de renovação, por se encontrarem vencidos. Os 11 municípios que possuem contrato de concessão/programa regular, vencem entre os anos de 2041 e 2045.

### CONTRATOS DE CONCESSÃO COM ENTIDADES PRIVADAS

O Governo do Estado de Alagoas firmou vínculo em meados de 2017 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, com vistas a desenvolver um modelo de parcerias junto a iniciativa privada, com o objetivo de universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito de todo o estado.

Para tal, o BNDES contratou um consórcio de consultores composto pelas empresas Ernst & Young Global Limited, EMA Engenharia de Meio Ambiente Ltda, Felsberg Advogados e Muzzi Advogados Associados, as quais se responsabilizaram por propor um modelo contendo todas as informações técnicas, jurídicas e econômicas que apontassem viabilidade para o Estado de Alagoas. O Consórcio concluiu por um modelo de concessão em blocos regionais, onde dividiu o estado em 3 (três) regiões, sendo que em duas delas (metropolitana de

Maceió e Sertão do estado), a companhia seria responsável apenas por captar, aduzir, tratar e entregar água potável nos reservatórios de distribuição. Com isso, um novo concessionário ficaria responsável por prestar os demais serviços.

No ano de 2019, o Estado de Alagoas tomou a decisão de licitar o modelo de “Concessão Comum” apenas para a Região Metropolitana de Maceió, a qual abrange os municípios de Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Murici, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. Neste cenário, a companhia captará, aduzirá e produzirá água potável em todos os municípios, exceto nos de Atalaia, Barra de Santo Antônio e Marechal Deodoro, nos quais tais serviços serão feitos pelo novo concessionário, que também ficará responsável pela distribuição e comercialização de água para a população, bem como por todos os serviços de esgotamento sanitário em todos os municípios.

Na modelagem se prevê o atendimento de 1,4 milhões de pessoas na região metropolitana de Maceió. As metas de universalização para o novo concessionário são de atingir 100% de cobertura de abastecimento de água em todos os municípios em até 6 anos, bem como de atingir 90% de cobertura em esgotamento sanitário

com prazos divididos de 6, 8, 11 e 16 anos. Os investimentos previstos para ocorrerem durante a concessão são de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, já englobando as benfeitorias nas unidades que serão operadas pela CASAL; ou seja, todos os investimentos para atendimento das metas estabelecidas no contrato de concessão futuro serão encargos do novo concessionário. O prazo previsto para a concessão é de 35 anos.

Os atos jurídicos que outorgam poderes ao Estado de Alagoas para realizar a concessão foram publicados no Diário Oficial do Estado de Alagoas no dia 6 de fevereiro de 2020, que consta o convênio de cooperação entre a região metropolitana de Maceió – RMM e o Estado de Alagoas, tendo o edital para o processo licitatório sido lançado no dia 29 de maio de 2020.

O leilão foi realizado no dia 30 de setembro de 2020, sendo declarada como vencedora a empresa BRK Ambiental, ofertando lance de R\$ 2.009 bilhões. Dessa forma, a nova concessionária privada passou a ser responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto na região metropolitana. Após a assinatura do contrato de concessão, que ocorreu no dia 18 de dezembro de 2020, a CASAL realizou a operação compartilhada com o novo concessionário, por prazo de 180 dias, terminando em 30 de junho de 2021. Ao fim deste período, o novo con-

cessionário assumiu em definitivo todos os serviços outorgados a ele. Em dezembro de 2021, o Governo do Estado de Alagoas realizou por meio de leilão a concessão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do Bloco B que abrange as regiões do Sertão e parte do Agreste, totalizando 34 municípios, atendendo 561 mil pessoas, o que corresponde a 16% da população do estado.

Em 13 de dezembro de 2021, mesma ocasião da realização do leilão do Bloco B, foi realizada a concessão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do Bloco C que abrange as regiões do Leste e parte do Agreste e Litoral, com o total de 27 municípios, atendendo 410 mil pessoas, o que corresponde a 12% da população do estado. O referido leilão teve como vencedora do Bloco B, a empresa Águas do Sertão S.A., com valor estimado para investimentos no montante de R\$ 2.910.905.000. Já o Bloco C teve como vencedora a concessionária Verde Ambiental Alagoas S.A., com valor previsto para investimentos ao longo do período de concessão de R\$1.649.350.000. Ambos os contratos tiveram seus períodos de concessão firmados em 35 anos, tendo como metas universalizar o abastecimento de água a partir do terceiro ano do contrato e atender 90% de esgoto para todos os municípios até 2033. Diante deste cenário, a CASAL passou a ser res-



ponsável apenas pela captação, tratamento, adução e entrega de água aos concessionários que ficaram com a distribuição de água potável e tratamento de esgoto ao consumidor final.

As operações assistidas do Bloco B e do Bloco C, das empresas Águas do Sertão S.A. e Verde Ambiental Alagoas S.A., foram concluídas em agosto e setembro de 2022 respectivamente.

### 30. COBERTURA DE SEGUROS

A companhia, face à natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação, quando julga relevante.

### 31. QUESTÕES AMBIENTAIS

A companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento é dada grande contribuição à proteção do meio-ambiente e a melhoria das condições de saúde

pública. O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A administração da companhia, com base em histórico da situação, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas com questões ambientais, é necessária atualmente, inclusive em face de legislação ambiental em vigor no Brasil.

### Parecer técnico casal conselho fiscal — Casal/01/2024

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Alagoas- CASAL, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, nos termos dos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976. Examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo estes partes integrantes do relatório dos Auditores Independentes, da empresa CONVICTA Auditores Independentes S/S, datado de 26 de março de 2024, considerando-se as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e de ressalvas e ênfases apontadas, este Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

**BRUNO LEITÃO PRAXEDES**

*Presidente interino do Conselho Fiscal*

**MADSON CORREIA MÁXIMO DE LIMA**

*Conselheiro membro*

**WILER ROGER DE SOUZA**

*Conselheiro membro*

# 5

## DESEMPENHO COMERCIAL

A Superintendência Financeira, Contábil e Comercial, por meio da Gerência de Operações Comerciais e Recebíveis (Geroc), destaca que o faturamento da Casal em 2023 alcançou **R\$475.556.140,00**, em comparação com os **R\$466.494.412,00** do ano anterior, representando um crescimento de cerca de 2%.

Além disso, ressaltamos as ações conjuntas de fiscalização realizadas pelas áreas Comercial e Operacional, com o suporte das coordenações comerciais do Sertão/Bacia Leiteira e Agreste/Serrana ao longo de 2023. Essas ações foram conduzidas em diversos loteamentos em Arapiraca, na Adutora Pão de Açúcar-Olho D'água das Flores, em Olivença e em Igaci.

O objetivo dessas ações é combater irregularidades, como ligações clandestinas, hidrômetros adulterados e ligações irregulares, assim como prevenir o furto de água nas redes de abastecimento da Companhia.

Essas iniciativas impactaram positivamente na arrecadação dos municípios, contribuindo para aumentar o acesso à água para os residentes locais. Adicionalmente, mais de 140 novas ligações de água foram feitas para a população rural do Povoado Lagoa do Caldeirão, em Palmeira dos Índios, ampliando assim o fornecimento de água para a comunidade.

Em 2023, também concluímos a implementação dos serviços comerciais de fiscalização, padronização, corte a pedido e supressão nos aplicativos GSANEOS e GSANAS. Essa transição para serviços comerciais digitais representou um marco significativo, proporcionando conclusão instantânea dos serviços, aumento na produtividade das equipes, redução nos processos internos de encerramento das Ordens de Serviço e minimização substancial de possíveis erros.



## 6

DESEMPENHO  
OPERACIONAL

No âmbito das atividades que visam a continuidade, manutenção da qualidade e melhoria na prestação de serviços inclusos nos ciclos de produção de água e coleta e tratamento de esgoto, a Superintendência Técnica (Sutec), por meio de sua Gerência de Produção e Desenvolvimento Operacional procedeu para a instalação de tecnologias avançadas de monitoramento em tempo real para detectar alterações na qualidade da água; instalou novas bombas dosadoras de produtos químicos nas estações da Casal; consolidou medidas para melhorar a eficiência energética nas instalações de tratamento, com instalação de inversores de frequência e outros equipamentos que resultaram na redução de custos operacionais, além da possibilidade de operação remota, substituiu sistemas de cloro gás por sistemas de geração de cloro, com mudança de sistemas energéticos que também resultaram em redução do consumo; colaborou fornecendo expertise profissional e análises em projetos de pesquisa e desenvolvimento de instituições acadêmicas; estabeleceu canais de comunicação com comunidades atendidas pela Companhia para in-

formar as condições de fornecimento de água e receber retorno, bem como realizou visitas comunitárias para educar a comunidade sobre o funcionamento dos sistemas produtores; realizou campanhas educacionais para conscientizar os consumidores sobre a importância da conservação de nascentes e cursos de água, além de seu consumo racional; avaliou com regularidade a infraestrutura de tratamento para identificar estações que necessitam de atualizações ou substituições de equipamentos; elaborou plano de investimentos a longo prazo para garantir a modernização das instalações da Casal; e procedeu para a contratação de um caminhão em conformidade com as leis de transporte de produto químico, o veículo foi fiscalizado pelo Inmetro.

A Gerência de Manutenção Eletromecânica (Gemem), vinculada à Sutec, atuou, por meio de sua Coordenação Técnica da Zona da Mata e Litoral (CTZL), na substituição de equipamentos em estações de captação e de tratamento de água com vista em incrementar a confiabilidade e reduzir o consumo de energia dessas instalações.



Entre os trabalhos da coordenação estão:

- Instalação de quadro de comando elétrico e inversor de frequência na estação de captação de Capela;
- Instalação de chaves magnéticas para sistema de drenagem da Estação de Tratamento de Água (ETA) Paulo Jacinto;
- Substituição do quadro de acionamento dos sistemas de saturação e captação de água bruta da ETA Passo de Camaragibe;
- Substituição de quadros elétricos por equipamento de maior eficiência com inversor de frequência e soft-starter (equipamento eletrônico capaz de controlar a potência do motor no instante da partida, bem como sua frenagem) na Captação Jacuípe;
- Instalação de dois quadros com chaves de partida suave, inversor de frequência e *soft-starter*;
- Substituição de conjunto motobomba por equipamento de maior capacidade de operação e troca de partida direta por um inversor de frequência para o conjunto motobomba 01 da Captação Paulo Jacinto;
- Troca do quadro de comando de dois poços tubulares profundos que atendem a Japaratinga e de três dessas

unidades produtoras de água que fornecem o líquido para Matriz do Camaragibe; troca do equipamento de partida direta por um de partida suave e *soft-starter* na Captação Campestre;

- Na Captação Taquarana, troca de partida suave única por duas partidas suaves e *soft-starter*;
- Identificação técnica de quadros de comando das estações operadas pela CTZL para agilizar trabalhos de manutenção preventiva e corretiva desses itens;
- Inspeções nos sistemas com análise de ruído, verificações da temperatura, lubrificação, vibração e vazamento, com vistas em garantir a continuidade operacional na estação de captação de Novo Lino;
- Reforma da captação Novo Lino, com inclusão de abrigo e base para a instalação de novos quadros de comandos;
- Aquisição de câmara termo gráfica e emprego do item em manutenções preventivas em sistemas elétricos de instalações da Companhia nos municípios de Jundiá, Campestre, Jacuípe, Joaquim Gomes, Novo Lino e poços tubulares de Japaratinga.







Por meio da Coordenação Técnica da Região Metropolitana de Maceió, a Gemem elencou as seguintes manutenções e investimentos relevantes para a continuidade e melhoria dos serviços prestados pela Casal:

- Operação 'Carnaval Refrescante 2023' nas estações, unidades produtoras de água e demais instalações da companhia, atuando na zona litorânea de Maceió com foco em manutenções preditivas e preventivas em quadros elétricos de poços e mananciais, com atenção a regiões onde as festas de carnaval geram maiores demandas;
- Investimento em eficiência energética com instalação de novo conjunto motobomba na Captação Pratagy, equipamento que representou para a Casal um investimento de cerca de **R\$1.000,000,00**;
- Instalação de novos componentes eletrônicos nos quadros de comandos dos sistemas de poços que atendem ao município de Pilar, a fim de garantir a longevidade do equipamento e, sobretudo, a continuidade dos serviços prestados pela Companhia no município;
- Manutenções preventivas de inversores de frequência e demais equipamentos elétricos das estações localizadas na Região Metropolitana de Maceió — essas ações implicaram na aquisição de três braços de potência para o inversor de frequência 02 da Captação

Pratagy, prevenindo queima do equipamento e garantindo sua longevidade;

- Aquisição e instalação de talha de elevação que suporta cargas de até 5 toneladas para a Captação Pratagy, garantindo segurança às atividades de manutenção eletromecânicas efetuadas na estação;
- Instalação de novo conjunto motobomba reserva na Captação Souza, em Messias, para garantir a continuidade operacional;
- Operação 'Chuvas 2023', com mobilização prévia de técnicos e equipamentos, resultando na reposição e reparo ágil de defeitos eletromecânicos nos sistemas Cachoeira e Cansação após danos no equipamento ocasionados pelas fortes precipitações verificadas em Julho de 2023;
- Além de manutenções preventivas nas baterias de poços em operação na Região Metropolitana de Maceió — essa operação garantiu a continuidade operacional dessas unidades produtoras de água durante o período de Natal e Ano Novo.



A Coordenação Técnica Agreste e Sertão (CTAS), também vinculada à Gemem, procedeu para a instalação, na ETA do Sistema Alto Sertão, de um conjunto motobomba adicional a fim de garantir a continuidade dos serviços prestados pela estação — esse procedimento gerou maior confiabilidade no tratamento da água destinada a abastecer Água Branca, Canapi, Mata Grande e Parico-nha; instalou chapa para adaptação e suporte de novo motor, equipamento que opera no Sistema Carangueja,

em Quebrangulo — o investimento incrementa a eficiência energética das instalações e garante a continuidade da operação; manutenções preventivas de bomba do Sistema Bacia Leiteira, incluindo balanceamento do conjunto girante, recuperação do eixo de acionamento quebrado, retificação das luvas de desgaste dos 6 eixos intermediários, fabricação de luva das gaxetas e de oito buchas em teflon, e substituição de parafusos de fixação dos tubos de sucção; além disso, a Coordenadoria

instalou bomba centrífuga para trazer segurança operacional no abastecimento de Maravilha e Ouro Branco, além de contemplar a contento a demanda crescente por água tratada desses municípios.





A Superintendência Técnica (Sutec), por meio de sua Supervisão de Tratamento (Supetr), substituiu cloradores de pastilha para reforço do residual da água tratada na adutora do Sistema Coletivo que atende a Estrela de Alagoas e Minador do Negrão; treinou colaboradores da ETA Caçamba e da ETA Palmeira para manuseio e procedimentos de segurança do sistema de cloração por cloro gasoso; remanejou os pontos de coleta da ETA Caçamba para análise da água nas etapas de produção de água bruta, água clarificada e água tratada; substituiu o sistema de cloração por cloro gasoso pelo de cloração por hipoclorito de sódio gerado no local a partir de salmoura; conduziu limpezas periódicas da ETA Palmeira para assegurar a qualidade da água produzida; fez a limpeza do reservatório elevado do Sistema Coletivo Estrela de Alagoas-Minador do Negrão; treinou operadores da ETA Caçamba quanto a medidas de segurança e de operação do sistema de produção local de hipoclorito de sódio; substituiu equipamentos de produção de hipoclorito de sódio em Palmeira dos Índios por gerador de maior capacidade e autonomia; conduziu calibrações de rotina de equipamentos de aferição da qualidade da água; conduziu ajustes rotineiros das dosagens de produtos químicos nas ETAs; recuperou bombas dosadoras da ETA Caçamba; e substituiu bomba dosadora da ETA

Palmeira por equipamento de maior capacidade.

Por vias de sua Gerência de Produção e Desenvolvimento Operacional (Gedop) e sua Supervisão de Tratamento de Água da Bacia Leiteira (Supetr Bacia Leiteira), a Sutec atuou no monitoramento da qualidade da água produzida nas estações de tratamento de água (ETAs), captações superficiais (mananciais) e na distribuição (cidades que não aderiram às concessões) das regiões da Bacia Leiteira e Sertão alagoano. Na região da Bacia Leiteira, quatro cidades não aderiram ao programa de concessões (Bloco B) organizado pelo Governo de Alagoas, de modo que a Casal segue sendo responsável pelo completo ciclo de abastecimento nestes municípios: Batalha, Jacaré dos Homens, Major Izidoro e Olho D'Água das Flores. No Sertão, a Companhia segue responsável por todas as etapas do abastecimento de água em Canapi. O plano de amostragem conduzido em 2023 pela Supetr Bacia Leiteira resultou num total de 589 amostras de água distribuída, 670 amostras de saída das ETAs e 125 amostras extraídas de mananciais. A análise desse material foi conduzida em atendimento a exigências de órgãos fiscalizadores, como Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 888/2021.

A Superintendência do Agreste e Sertão (SAS) elencou

as seguintes realizações para o ano de 2023: por meio de sua Coordenação Operacional do Agreste (Coag), efetuou trocas de registros nas redes de distribuição dos municípios atendidos pela Casal (Arapiraca, Junqueiro, Lagoa da Canoa, São Sebastião, Olho d'Água Grande, Piaçabuçu e Girau do Ponciano); retiradas de vazamentos nas adutoras e redes de distribuição localizadas nos municípios e povoados contemplados pela Casal, bem como das tubulações operadas pela Companhia situadas ao longo da rodovia AL-115; interligação de redes; limpezas preventivas nas estações elevatórias de esgoto no Residencial Agreste e Residencial Santa Lúcia (Arapiraca); limpezas preventivas em poços de visita do Residencial Agreste e Brisa do Lago; limpeza preventiva em poços de visita de Batalha; substituição de caixas de inspeção nos residenciais Agreste e Senhora Aparecida; serviço de *bypass* em poço de visita em Batalha; implantação de bomba dosadora e biorredutor na estação elevatória de esgoto do Residencial Santa Lúcia; além de implantações de pastilhas de cloro na saída do filtro da estação de tratamento de esgoto do Residencial dessa cidade.



A Superintendência do Agreste e Sertão (SAS) elencou as seguintes realizações para o ano de 2023:

- Por meio de sua Coordenação Operacional do Agreste (Coag), efetuou trocas de registros nas redes de distribuição dos municípios atendidos pela Casal (Arapiraca, Junqueiro, Lagoa da Canoa, São Sebastião, Olho d'Água Grande, Piaçabuçu e Girau do Ponciano);
- Retiradas de vazamentos nas adutoras e redes de distribuição localizadas nos municípios e povoados contemplados pela Casal, bem como das tubulações operadas pela Companhia situadas ao longo da rodovia AL-115;
- Interligação de redes; limpezas preventivas nas estações elevatórias de esgoto no Residencial Agreste e

Residencial Santa Lúcia (Arapiraca);

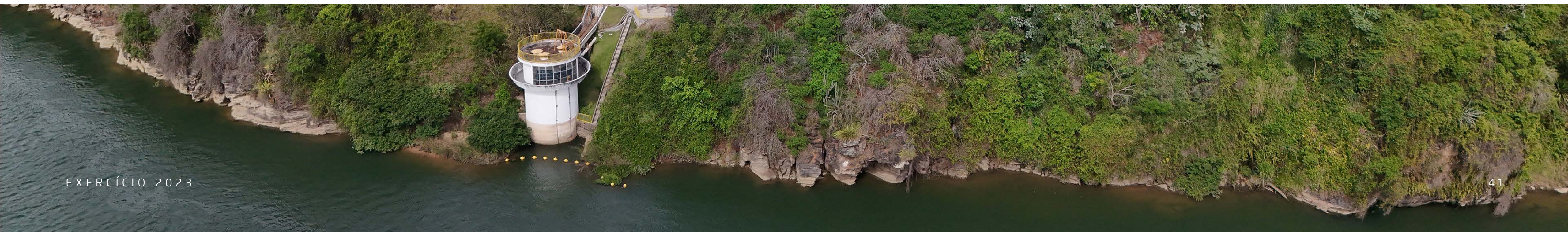
- Limpezas preventivas em poços de visita do Residencial Agreste e Brisa do Lago; limpeza preventiva em poços de visita de Batalha;
- Substituição de caixas de inspeção nos residenciais Agreste e Senhora Aparecida; serviço de *bypass* em poço de visita em Batalha;
- Implantação de bomba dosadora e biorredutor na estação elevatória de esgoto do Residencial Santa Lúcia;
- Implantações de pastilhas de cloro na saída do filtro da estação de tratamento de esgoto do Residencial dessa cidade.





Já por meio de suas Supervisões de Manutenção Eletromecânica (Supemem), a SAS elencou:

- Substituição de quadro de comando com partida utilizando *soft-starter* por inversor de frequência;
- Interligação do novo sistema de captação, adução e reservação da cidade de Piaçabuçu;
- Troca da motobomba do poço nº 2 de Igreja Nova;
- Drenagem da barragem da captação Riachão, que abastece Junqueiro e São Sebastião;
- Instalação de tela na sucção da bomba para reduzir a obstrução ocasionada por vegetação aquática na captação de Piaçabuçu;
- Fabricação e substituição da tampa da caixa de areia da estação de tratamento de esgoto do residencial Agreste;
- Instalação de boia mecânica no reservatório elevado do residencial Porto Vitória;
- Substituição de quadro de comando com partida compensada por equipamentos com inversor de frequência em instalações da Casal;
- Instalação de motor de 250CV no centro de reservação de Arapiraca;
- Manutenções preventivas de conjuntos motobombas da estação elevatória de água tratada (EEAT) de Girau do Ponciano;
- Substituição de tubo de recalque da estação de captação Traipu. As Supemems associadas à SAS também elencaram diversos serviços de manutenção de registros de motobombas;
- Manutenção em maquinário boosters, localizados ao longo de adutoras para incrementar a pressão da água;
- Substituições de vários equipamentos associados a motobombas, tais quais luva e eixo;
- Manutenções de rede elétrica de competência da Casal;
- Manutenções preventivas de registros de ETAs;
- Substituição de registros dessas estações quando necessário;
- Serviços de capinagem e pintura para preservações do asseio das edificações da Companhia; serviços de solda e ressolda em equipamentos acoplados a motobombas;
- Instalação de iluminação; drenagem em canaletas de EE (estações elevatórias);
- Reposições de cabos elétricos furtados, decorrência da ação de vândalos;
- Manutenções em novos equipamentos elétricos adotados pela Casal, por exemplo, inversores de frequência.





A Superintendência de Eficiência Energética e Operacional (Sueeo), por vias de sua Gerência de Eficiência Energética (Gefen), geriu o Contrato N° 03/2023 para construção e locação pelo período de até 20 anos de sistema de geração distribuída (SGD) On-Gríde, com produção de 24.000MWh/ano de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, proporcionando economia garantida inicial de 11% em relação a valores pagos atualmente pela Casal com o insumo, prevendo o contrato a agregação de contas ligadas na 'Tarifa Horó Sazonal Verde', nas quais os consumos nos chamados horários de pico são atualmente seis vezes mais onerosos à Casal. Elaborou o Termo de Referência para o Edital 07/2023-LRE-Casal, objetivando a compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista incentivada, contemplando o volume de 10,22MWh médios de energia durante o período de seis anos, o que representa cerca de 50% da despesa atual da Casal no mercado cativo com a concessionária Equatorial Alagoas. Essa licitação deu origem ao Contrato N° 45/2023, que proporcionará à Casal uma economia de cerca de 35% em comparação aos custos atuais com energia elétrica para o volume contratado. Efetuiu o acompanhamento de indicadores de eficiência energética para controle de demandas e opções tarifárias nos contratos de alta tensão da Companhia, controle dos consumos por

baixo fator de potência, eficiência nas compensações da GD solar de baixa tensão, consumos e performance dos coeficientes energéticos normalizados (CEN) dos sistemas elevatórios, que foram modernizados, e das faturas mensais de energia, isso com vista a garantir bons resultados e racionalidade nas despesas e consumos de energia pela Empresa.

Em conjunto com sua Gerência de Eficiência Operacional (Gefop), a Sueeo indicou as seguintes realizações para 2023:

- Forneceu informações solicitadas pela Aarsal, efetuou o levantamento de campo e aferição dos macromedidores de sistemas de abastecimento com diligências de calibração;
- Elaborou pareceres técnicos quanto a pontos de entrega de volumes na região do Alto Sertão para orientar as atividades da concessionária Águas do Sertão;
- Elaborou tratativas quanto aos recebimentos dos macromedidores do Bloco A; e redigiu pleito de aquisição de equipamentos. Quanto a medições de vazão, foram executadas cerca de 960 demandas proveniente de 280 ordens de serviços nas regionais RMM (Região Metropolitana de Maceió), SAS (Agreste e Sertão) e ZML (Zona da Mata e Litoral Norte);

- A gerência aferiu a velocidade de operação de hidrômetros com acompanhamentos periódicos dos macromedidores dos sistemas do SAS (Caçamba, Carangueja, Anadia e Maribondo, SCA e SAA, Sistema Alto Sertão, Piranhas, Sistema Tronco da Bacia Leiteira, Sistemas Isolados do Leste, Murici e Pratygy), visto que as aferições estavam entrando no rol de discussões das entregas de volumes a nível técnico. A Gefop elaborou pareceres que resultaram em melhorias dos procedimentos de acompanhamento entre Casal e BRK, redigindo parecer opinativo quanto às atribuições contratuais de ambas as partes, em função do entendimento de conceitos considerados pelas empresas;
- Analisou levantamentos para construção de pontos de aferição e contribuiu para tomada de decisões quanto a estabelecimento de pontos de entrega de volumes e análise dos projetos das caixas de medição e abrigo dos componentes eletrônicos, enviados pela concessionária Águas do Sertão (ADS);
- Analisou os projetos de caixas de medição, barriletes e abrigos de autoria da concessionária Verde Alagoas Ambiental, elaborando, em resposta, relatórios e planos de ajustes dos documentos técnicos;



- Identificou e elencou trechos da rede de distribuição que necessitam de estudos de transientes hidráulicos, visto que impactam a realidade do abastecimento. A Gefop elaborou pareceres para orientar a distância de trecho reto a montante (5DN) e a correspondente distância da singularidade a jusante do medidor (que poderia ser 2DN ou 3DN, geralmente);
- Elaborou pareceres para barriletes com inclinação, meia seção de fluido e/ou tipos de conexões a montante;
- Produziu pareceres quanto à eletrônica dos conversores, baterias de autonomia e *dataloggers*;
- bem como quanto ao grau de proteção contra surtos e intempéries desses equipamentos elétricos, inclusive

modos de instalação em função da segurança local. A Gerência atuou para a conclusão e aquisição de medidor de aferição ultrassônico tipo 'Clamp-On', além de fabricar por conta própria medidor dessa tecnologia para suporte a medições internas da Companhia.

- Redigiu manual de procedimentos operacionais padrões e normativas internas para orientar a escolha de medidores quando da aquisição desses equipamentos, com foco na triagem e estudo de rede — essas recomendações foram baseadas nas experiências e aprendizagem da Casal e em *benchmarkings* com outras companhias de saneamento com realidades similares. Esses documentos normativos serão compilados em documento institucional pela Gefop em 2024.





## 7

**INVESTIMENTOS  
E OBRAS**

A Superintendência de Engenharia (Sueng), em 2023, dedicou-se à produção e análise do Plano Diretor de Águas referentes aos blocos de abastecimento A, B e C; efetuou a análise do reequilíbrio dos contratos de concessão dos serviços de distribuição de água; analisou o processo de aditivo de Contrato de Concessão do Bloco A; contribuiu para a regularização imobiliária de ativos da Casal; contribuiu para estabelecer convênio entre a Companhia e o Governo Federal, resultando na captação de recursos na ordem de R\$330 milhões.

Por vias de sua Coordenação de Apoio Técnico de Engenharia, a Sueng elencou os seguintes resultados: formação e análise do Plano Diretor de Águas (PDA) dos Blocos A, B e C; emissão de pareceres técnicos em atendimento aos PDAs das concessionárias de água (Verde Alagoas, BRK e Águas do Sertão); análise do reequilíbrio dos contratos de concessão dos serviços de distribuição de água; análise do processo aditivo de Contrato de Concessão do Bloco A; contribuição na elaboração de planilhas para subsidiar a captação de recursos federais; desenvolvimento de fluxos padronizados para análise e aprovação de projetos de competência das concessionárias do Blocos A, B e C; e conferência e controle de processos de reajuste de contratos de empreiteiros.

Por meio de sua Gerência de Obras (Geobs), a Sueng contabilizou nove obras fiscalizadas, oriundas de contratos da Casal; 21 obras acompanhadas de terceiros e acompanhou 31 obras em processo de recebimento. Entre as obras acompanhadas e de contratação da Casal, a Gerência destacou a referente ao Contrato nº 079/2014, firmada entre Casal e a empresa Saneamento Alta Maceió (Sanama), em regime de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa para implantação, manutenção e operação do Sistema de Esgotamento Sanitário da parte alta de Maceió; o acompanhamento da implantação da rede de abastecimento do povoado Impueiras, em Feira Grande; de reformas prediais, manutenções preditivas, corretivas preventivas, intervenções emergenciais em edificações usadas pela Casal. A Geobs gerenciou e supervisionou obras em Maceió efetuadas pela empresa Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia, conforme o Contrato nº 92/2021; trabalhos conduzidos pela Victum Energie Engenharia LTDA para adequação horizontal do sistema de medição para faturamento (SMF), visando migração estimada de 23 unidades consumidoras de energia da Casal do ambiente de contratação regulado para o ambiente de contratação livre (ACL), visando redução de



custos com energia elétrica, conforme norma da ANEEL e concessionária Equatorial Alagoas; além de acompanhar a construção de até oito poços tubulares profundos nos Residenciais Pedro Teixeira Duarte I e II e Diana Simon, localizados na Avenida Dr. Jorge Montenegro Barros, nº 374, Santa Amélia, em Maceió.

A Geobs acompanhou as seguintes obras executadas pela iniciativa de terceiros:

- Implantação de Rede de Abastecimento de Água do Loteamento Residencial Jardins Perucaba II, localizado no loteamento Sol Nascente – Margem do Lago Perucaba, Bairro Zélia Barbosa Rocha, em Arapiraca — obra em andamento, cerca de 80% concluída e previsão de término para abril de 2024;
- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água da Adutora Litoral do Complexo Aliansce, em Maceió; recuperação estrutural da ETA Cardoso, em Maceió, obra conduzida pela Braskem;
- Construção de caixa de saída de água da ETA Pratagy, trabalhos conduzidos pela BRK;
- Recuperação do Sistema de Esgotamento Sanitário do residencial Brisa do Lago, em execução pela empresa Engenharq, conforme Ação Civil Pública nº 0800589-35.2020.4.05.8001;

- Implantação do sistema de abastecimento de água dos Loteamentos Grand Vista, Grand Reserva e Grand Colina, localizados na Rua Manoel Barbosa Sobrinho, bairro Senador Arnon de Mello, Arapiraca.

A Geobs também acompanhou obras em acordo de cooperação mútua com prefeituras. Foram elas:

- Sistema de abastecimento de água de comunidades rurais adjacentes ao povoado Caboclo, no município de São José da Tapera;
- Rede de abastecimento do povoado Lagoa da Arara, Monteirópolis; extensão de rede de abastecimento de água no povoado Lagoa da Sela em Palestina;
- Implantação de rede de distribuição nos sistemas autônomos de abastecimento dos povoados Nicolau e Alto do Umbuzeiro, em Girau do Ponciano;
- Sistema de abastecimento do povoado Olho d'Água do Amaro, Santana do Ipanema;
- Implantação de rede de distribuição dos povoados Mata Vermelha e Inhames, em Girau do Ponciano;
- Implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água do povoado Lagoa do Mato dos Lopes, em Palmeira dos Índios.





Entre os trabalhos desenvolvidos pela gerência, a Geobs destacou os seguintes para o período de 2023: revisão do Projeto Básico, incluindo a formação de nova planilha de custos-contratação de empresa para adequações do sistema elétrico para mercado livre; análise das revisões do plano diretor de águas da BRK; análise do plano diretor de águas da Verde Ambiental; análise do PDA da Águas do Sertão; análises de projetos executivos da barragem do Sistema Pratagy, da ETA Messias e da ETA Rio Largo; elaboração de projetos básicos para retirada de vazamentos nas regiões Agreste e Serrana; elaboração de projetos básicos para ligação nova de água das regiões Agreste e Serrana; e desenvolvimento de projetos de abastecimento de 23 povoados pertencentes a municípios alagoanos.

Por último, a Geobs apontou as seguintes inovações proporcionadas pelos trabalhos executados no setor: implantação do Sistema de Gestão e Análise de Projetos Colaborativos, promovendo integração entre as partes envolvidas; utilização da plataforma Orçafascio para orçamento de obras; modelagem hidráulica da Bacia Leiteira e do Sertão; e a contratação do Sistema Fonte de Preços para pesquisa e cotações de mercado.

Por meio de sua Gerência de Projetos e Custos (Gepro), a Sueng elencou os seguintes números para 2023:

86

análises de viabilidade técnica

31

elaboração de projetos com orçamento

25

pareceres e relatórios técnicos

20

análises de projetos

16

reajustes de contratos

09

orçamentos de obras

07

aditivos de prazo

03

atualizações de orçamento

03

revisões de orçamento

03

aditivos de valor

03

laudos técnicos

01

revisão de projeto

01

análise de orçamento

total de

210

trabalhos técnicos principais contabilizados pela gerência



## 8

## DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quanto ao organograma, a administração exercida pela Casal no âmbito operacional e no que toca à administração das estruturas internas da Companhia, a Superintendência de Desenvolvimento Organizacional, Compliance e Gestão de Riscos (Sudeo) desenvolveu atividades voltadas para o aprimoramento da gestão da Companhia, dentre elas destacam-se a elaboração da Carta de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2022, com ano referência de 2023; apresentação ao Conselho de Administração dos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamentária; acompanhamento da Implantação dos Sistemas de Gestão ERP e HCM; controle interno pelo acompanhamento do envio das informações ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Controladoria Geral do Estado (CGE) pelos setores Gecont, Aslic e Surhu; levantamento de documentação para elaboração do Relatório de Prestação de Contas Anual, referente ao ano de 2022, elaborado pela CGE e encaminhado ao TCE; acompanhamento de atualizações do site da Casal; elaboração de *benchmarking* com a Embasa e a Algás no tocante à gestão de riscos; e elaboração da minuta do Plano de Negócios da Casal para 2024, com a colaboração das gerências vinculadas.

Por meio de sua Gerência de Tecnologia da Informação (Getin), promoveu a transferência da estrutura de tecnologia da informação (TI) para novo ambiente do

Complexo Farol; gerenciou o servidor da Kaspersky e do Firewall; monitorou links de internet da capital, do interior e de servidores por meio do Zabbix; implementou nova Topologia Casal/BRK na RMM; foi parte ativa para a migração e implantação dos novos sistemas da Senior (HCM e Mega); contribuiu com o projeto 'Hub Catolé', focado no desenvolvimento de códigos para análise e controle da qualidade da água, assim como na integração e visualização dinâmica de dados relacionados; trabalhou para a evolução tecnológica dos sistemas de TI da Companhia, com ajustes nos fluxos de serviços utilizados pela Casal; conduziu capacitação e treinamento em novas tecnologias; geriu o workspace e o GSP-Google; efetuou projeto de atualização da versão da plataforma da Intranet e dos sistemas de chamados utilizados pela Empresa; efetuou a gestão do contrato de hospedagem e participou da atualização do site oficial da Casal, trabalho conduzido em parceria com a Assessoria de Comunicação, Marketing e Ouvidoria (Ascom); desenvolveu termos de referência aplicados na realidade corporativa da Casal; criou canal de denúncia em atendimento a demandas do CAE; atuou para aquisição e distribuição de equipamentos e periféricos de informática para os setores da Casal, além de trabalhar na configuração e monitoramento de segurança das redes e da locação de impressoras; trabalhou para a melhoria de softwares



utilizados pela Casal, tanto pelo público externo, como pelo interno, através do desenvolvimento de códigos de programação e artefatos, principalmente para a evolução do Redmine; realizou cerca de 3.600 chamados referentes a serviços de infraestrutura, extração de relatórios dos bancos de dados e desenvolvimento de códigos, scripts e ações diversas de suporte por meio do Redmine; realizou viagem ao interior para treinamento da atividade de Ordem de Serviço Digital (OSD), em parceria com os setores comerciais da Casal; efetuou queries nos bancos de dados em resposta a chamados dos setores comerciais; realizou diversas reuniões com as empresas contratadas ao longo de 2023; transferiu e configurou o serviço de fotos do GSAN, do ambiente do Consórcio Procenge Consenso para o ambiente do GCP Google; e implementou link de internet em Girau do Ponciano.

A Gerência de Planejamento (Geplan) desenvolveu as seguintes atividades: executou alterações na Estrutura Organizacional de 2022, mediante deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração; administrou o orçamento, remanejando valores entre superintendências e entre rubricas, mediante autorização da Diretoria; transferiu e acompanhou recursos de fundos fixos para toda a Companhia; arquivou e publicou as Resoluções de Diretoria na Intranet Casal; reiniciou a co-

leta de informações para a montagem do Manual de Atribuições da Companhia; disponibilizou, via e-mail e SEI, as classificações orçamentárias, quando solicitadas; analisou e despachou individualmente os processos SEI de sua competência; atualizou fluxogramas empregados nos ambientes de trabalho da Companhia; atualizou formulários oficiais; elaborou com a Sudeo, Diretorias e gestores o 'Orçamento Programa' da Casal para o ano de 2024; acompanhou o cumprimento do Plano Plurianual da Companhia, por meio do Sistema do Governo do Estado (Siafe); e mapeou processos das Unidades, envolvendo gerências, supervisões e coordenações técnicas e comerciais.

Vinculada hierarquicamente à Sudeo, a Gerência de Gestão de Qualidade Empresarial e Indicadores (Gequai) organizou dados operacionais, comerciais e financeiros em banco de dados de informações e indicadores para atendimento a demandas internas e externas da Casal; conduziu, na plataforma SEI, o fluxo de 100 processos, destes 44 sendo gerados pela Gequai; alimentou o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), maior e mais importante sistema de informações do setor de saneamento brasileiro; gerou o mapa de faturamento e produção para subsídio da Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz); promoveu reuniões de análise crítica para melhoria da exatidão

e confiabilidade de dados operacionais no âmbito da Casal; efetuou visitas a Algás para elaboração de benchmarking em gestão de riscos; reuniões com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) para a evolução de ações ligadas à gestão de riscos; contribuiu para a elaboração da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa; participou do Fórum Alagoano de Contratação e Gestão Pública; e foi membro técnico do SEI para o cadastro de usuários internos e externos com a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag).

A Gerência de Governança e Compliance (Gecoc) desenvolveu os seguintes trabalhos em 2023: compareceu a reuniões nos conselhos de Administração e Fiscal da Casal; desenvolveu *benchmarking* da Gestão de Riscos com visitas à Algás; esteve presente em reuniões com outras companhias de saneamento para o desenvolvimento de temas relacionados à Gestão de Riscos; participou da elaboração da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Companhia; acompanhou publicações no site da Companhia com relação às diárias da Gerência de Desenvolvimento de Pessoal e Bem-Estar Social (Gedep), também acompanhou publicações relativas às correções da Auditoria Interna (Audin) e às despesas da Gerência Contábil (Gecont); atualizou as políticas da Empresa no site da Companhia; produ-



ziu documentos visando ao esclarecimento sobre os mandatos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e atendeu a órgãos do Governo do Estado de Alagoas no que toca a solicitações de informações. Quanto a ações para promoção da Transparência e Compliance da Empresa, a Gerência atuou para o cumprimento da Lei Federal N° 12.527, de 2011, e da Lei Estadual 8.087, de 2019, atendendo ao montante de 40 demandas do Sistema Eletrônico do Serviços de Atendimento do Cidadão (e-SIC Alagoas), e ao cooperar para o atendimento de demandas por conteúdo ligado à transparência e à conformidade no site da Casal. Em sua atuação como secretária dos conselhos, foi parte integrante de três reuniões com a Assembleia Geral, 14 reuniões com o Conselho de Administração, sendo 12 delas ordinárias e duas de caráter extraordinário; oito reuniões com Conselho Fiscal; e, por fim, oito reuniões com o Comitê de Auditoria Estatutário.

Em 28 de fevereiro de 2023, por meio da Resolução de Diretoria (RD) n° 05, de 2023, foi designada nova equipe para compor o Núcleo Técnico Setorial de Gestão do SEI (NTS) na Casal, que anualmente são indicados pela Sudeo e aprovados em reunião de Diretoria. Esse Núcleo é responsável por efetuar o atendimento do SEI aos usuários internos (servidores) da Casal. Em 2023, a equipe NTS desenvolveu as seguintes atividades: realizou cadas-

tros de usuários internos no SIP e encaminhou à Seplag os dados desses usuários para liberação de permissão no SEI; contribuiu para a realização dos treinamentos presenciais 'Sei usar NTS' sobre gestão de documentos e processos administrativos; recebeu e conduziu 8 demandas para liberação do módulo usuário externo, efetuou a juntada de documentos dos solicitantes e enviou para Sumoge/Seplag para análise e aprovação; forneceu suporte para a utilização do SEI; recebeu, analisou e encaminhou ao órgão Gestor do Sistema ocorrências de problemas técnicos não solucionados; solicitou a criação de formulários; solicitou suspensão de faturamento; atualizou a lotação de usuários internos em casos de mudança de unidade do funcionário; e cadastrou no sistema de permissão SIP novas Unidades (setores) no SEI. A Superintendência para Negócios Estratégicos (Sunes), com o apoio das gerências a ela vinculadas, em seu relatório de atividades anuais de 2023, elencou os seguintes resultados: elaborou atribuições das gerências para atendimento ao Manual da Organização; fez o diagnóstico preliminar dos povoados atendidos pela Casal nos municípios alagoanos, mediante as concessões dos blocos A, B e C; elaborou projeto contemplando as estratégias para os povoados atendidos pela Casal, visando à universalização dos serviços de saneamento; e criou ferramenta de dashboard para acompanhamento

de indicadores desses serviços.

A Sunes foi responsável por efetuar a gestão de diversos contratos que visam à ampliação, manutenção, desenvolvimento e modernização dos serviços de saneamento (ciclos do tratamento de água e da coleta e tratamento de esgoto).

Entre esses contratos, a Superintendência listou: Contrato n° 179/2013, firmado entre Casal e Sanema, onde a Sunes acompanhou a aplicação dos investimentos, participou da comissão de recebimento das obras; acompanhou demandas geradas após obras por órgão de fiscalização (como Aرسال e Seminfra), articulou a transferência de ativos para a concessionária BRK; e conduziu tratativas no sentido de excluir obrigações acessórias ao contrato com o 59° Batalhão da Infantaria Motorizada (59° BIMtz). Geriu o Contrato n° 079/2014, entre Casal e Saneamento Alta Maceió (Sanama), Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de Concessão Administrativa para implantação, manutenção e operação do Sistema de Esgotamento Sanitário da parte alta de Maceió, por meio do qual a Superintendência acompanhou o pagamento de contraprestações, analisou reajustes contratuais, formalizou termos aditivos, instaurou comissão técnica comercial e operacional para a região alta de Maceió, fiscalizou o cumprimento das garantias



contratuais visando otimizar os recursos direcionados à conta vinculada, realizou estudos para apresentação de proposta de reequilíbrio econômico-financeiro no âmbito do contrato, acompanhou a evolução dos investimentos na área da PPP e analisou o desempenho comercial. Geriu o contrato nº 090/2012, entre Casal e Iguá Agreste Saneamento, tendo por objeto a construção, gestão, operação e manutenção do Novo Sistema Adutor do Agreste, planejado para iniciar no Município de Traipu e terminar em Arapiraca, bem como recuperar, operar e manter o Sistema Coletivo do Agreste, onde a Sunes acompanhou ações comerciais no âmbito da PPP, alinhou a divulgação de paradas programas da Agreste Saneamento, participou do grupo de trabalho de discussão para reequilíbrio do contrato, instaurou comissões técnicas comerciais e operacionais, aplicou penalidades, acompanhou a reversão da multa decorrente do Procedimento Administrativo Nº 6088/2019 em investimentos na área da PPP, acompanhou o pagamento de contraprestações, bem como reajustes contratuais e formalização de termos aditivos, fiscalizou o cumprimento de garantias contratuais para otimizar recursos direcionados à conta vinculada e analisou indicadores de desempenho e gestão do contrato.

A Sunes também enumerou as atividades complementares a seguir: participou da interlocução do contrato de

interdependência com a BRK Ambiental; atuou no alinhamento da operacionalização conjunta entre Casal, BRK e Sanama; atuou na interlocução de questões contratuais de interdependência com a Verde Alagoas e no contrato de interdependência com a Águas do Sertão; forneceu apoio para cumprimento de demandas da Arsal; coletou dados para a elaboração de Indicadores de Desempenho; assessorou a Diretoria da Presidência no que se refere a assuntos regulatórios provenientes da Arsal; e contribuiu com arcabouços conceituais e estratégicos para os projetos de concessões de serviços de água e esgotamento sanitário.

Por último, a Sunes contribuiu com análises financeiras para elaboração da proposta tarifária da Casal para o ciclo 2023-2024; fez a projeção orçamentária de 2024 para os contratos das PPPs e demais contratos sob a gestão dessa Superintendência; elaborou a projeção de receitas para o ano de 2024; fez o acompanhamento dos índices de viabilidade financeira dos contratos de PPPs; acompanhou mensalmente os índices inflacionários com vista a subsidiar as áreas que necessitam de informações; fez os cálculos de reajustes dos contratos de PPPs e cálculos relativos à gestão da própria Sunes; verificou e atualizou o banco de dados das principais dívidas da Companhia; e analisou os cálculos das taxas de fiscalizações de serviços públicos sob regime delegado





(TFSPD) da Arsal. Em se tratando de gestão de pessoas e gestão organizacional no escopo da atuação da Superintendência da Zona da Mata e Litoral (ZML), a Gerência de Pessoas e Organização (Gepor) elaborou planilhas e gráficos de acompanhamento mensal relativos ao pagamento de horas extras, pesquisa de satisfação com colaboradores, efetuou o gerenciamento orçamentário de fundo fixo, fez o controle das entradas e saídas de materiais, a gestão de veículos, e acompanhou índices de volume contratado em contraste com volume de água produzido nos municípios contemplados pela ZML.

A Gepor também investiu na aquisição de itens para melhoria da qualidade do ambiente de trabalho do setor, o que reflete na eficiência e bem-estar de seus colaboradores. Além disso, por vias de sua Coordenação Administrativa Financeira (CAF), a Gepor coordenou e executou atividades focadas no desenvolvimento, capacitação, administração e demissão do pessoal lotado na ZML; executou e orientou o processo de obtenção de comprovações do trâmite de compras de materiais e serviços oriundos dos recursos de fundo fixo e adiantamento, bem como alimentou o sistema Senior a respeito dessas em atendimento a normas internas da Casal; coordenou e executou atividades de segurança do trabalho, higiene, medicina no trabalho e serviço de assistência social a empregados; analisou e apropriou

horas trabalhadas (normais e extras) de acordo com as normas da Companhia; recebeu, analisou e encaminhou as solicitações de licença, antecipação ou adiantamento de férias, transferência, promoção, demissão e demais expedientes atinentes à administração de pessoal; atualizou o registro de pessoal lotado na ZML; executou atividades relativas a suprimentos de material, gerindo estoques de materiais de obras, manutenções, operações, conservação, expediente e limpeza; recebeu e deu entrada nos registros do almoxarifado de materiais de manutenção de rede e ligações, de materiais de consumo e de uso geral adquiridos ou recebidos pela ZML; controlou o estoque mínimo de material, solicitando a reposição quando necessária; conduziu a reposição de ferramentas e equipamentos quando solicitada, mediante a entrada do similar danificado, registrando devidamente o ocorrido; elaborou relatórios mensais de contas a pagar; coordenou atividades relativas à utilização e manutenção da frota de veículos, efetuando os controles e emitindo relatórios pertinentes; atualizou, no transcorrer de 2023, os arquivos da área administrativa-financeira da ZML; efetuou atividades relativas à segurança patrimonial, limpeza e comunicação da Superintendência; e conduziu trabalhos de busca de documentos na administração central, efetuando, quando necessário, entrega deles a colaboradores da ZML.





## 9

## DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, TÉCNICO, RECURSOS HUMANOS E LOGÍSTICA

O Gabinete da Presidência (Gapre) desenvolveu, em 2023, seu plano de ações para regularização de ativos da Casal. A necessidade desse trabalho adveio da compreensão da Empresa de que, na data de 31 de dezembro de 2022, ela não possuía controle interno adequado e suficiente de seus depósitos judiciais — impossibilitando, ainda que com procedimentos de auditoria, a elaboração de relatório conclusivo de saldos contábeis a respeito dessa categoria e impactos nas demonstrações financeiras da Empresa. Também no exercício de 31 de dezembro de 2022, a Companhia não dispunha de informações e controles internos individuais no que tange a bens de ativo imobilizado — impossibilitando mensurações particulares da aplicação de valores provenientes de convênios, bem como a elaboração de análise de teste de recuperabilidade desses ativos. Para viabilizar o cumprimento dessas demandas, o Gapre criou e conduziu planos de ações para registro e regularização, quando necessária, do ativo imobilizado e do ativo intangível da Casal. Esses trabalhos demandaram pesquisa dos objetos da ação, vistorias e relatórios finais que reequilibraram o balanço entre passivos e ativos da Casal e trouxeram uma compreensão acurada da saúde financeira da Empresa. O balanço da Companhia está publicado junto ao presente Relatório de Diretoria.

O Gapre também desenvolveu com o Banco do Brasil, o

trabalho de recuperação de recebíveis. O escopo desses trabalhos prevê a cobrança administrativa de recebíveis inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não ajuizados e, por fim, a higienização do banco de dados da Casal. Em 2024, o Gabinete segue conduzindo a integração da base de dados entre o sistema GSAN, o Banco do Brasil e Ativos S.A. Também os dados resultantes desse trabalho podem ser conferidos no balanço da Companhia.

A Auditoria Interna (Audin) da Casal, elencou suas principais atividades desenvolvidas em 2023 com o objetivo de avaliar e fomentar o aprimoramento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da Casal. Em janeiro, a Audin apresentou à Diretoria da Presidência da Casal o Relatório de Resultados dos Controles-Chaves desenvolvidos pela Auditoria no exercício de 2022, tendo esses controles resultado na fiscalização e acompanhamento de relatórios de controle de abastecimento, relatórios de refaturamento e cancelamento, relatórios de fechamento de fundo fixo e adiantamentos, relatórios de contratos emergenciais e relatórios de análise de denúncias recebidas pela Ouvidoria. A Auditoria atuou na coordenação de processos de investigação e sindicância que tramitaram em 2023, contabilizando quatro apurações de responsabilidade, quatro apurações de má conduta e dois acúmulos



ilegais de cargo.

A Audin também forneceu orientações de procedimentos para a Secretaria de Conselhos da Casal; iniciou em 2023 e segue dando continuidade em 2024 à revisão e à atualização do Estatuto da Casal e do Comitê de Auditoria Estatutária (CAE); analisou a vigência do mandato dos conselheiros em atendimento à Lei Federal Nº 13.303, de 2016, e de seu decreto regulamentador Nº 8.945, de 2016; analisou o simplificado de fechamento contábil da Companhia expedido pela Gecont para atendimento ao CAE; analisou as ressalvas das demonstrações contábeis descritas no relatório de Auditoria Externa para CAE e CA; ela borou e publicou em regime mensal relatórios de Correição para a CGE e relatórios estatísticos para inclusão no site da Casal; designou a Auditora Interna como encarregada da proteção de dados — DPO no âmbito da Companhia, bem como a implementação da Lei de Proteção de Dados, Nº 13.709, ano de 2018; e fez o acompanhamento da contagem do Inventário de Estoques de 2023.

Já a Assessoria de Comunicação, Marketing e Ouvidoria (Ascom) promoveu, ao longo de 2023, trabalhos que garantissem a visibilidade e o engajamento da Casal na sociedade, valendo-se, para tanto, de diversas plataformas de comunicação. Em número de publicações

de conteúdo online, a Assessoria elaborou e publicou 617 postagens no site oficial da empresa, fornecendo informações relevantes e atualizadas para o público; 317 postagens na Intranet, atuando para informar colaboradores sobre atividades e políticas internas da empresa; 186 postagens no feed do Instagram, além de 500 postagens nos stories dessa plataforma; e 17 postagens no 'X' (antigo Twitter).

No tocante ao alcance da Casal em redes sociais, a Ascom contabilizou: 53 mil usuários, com 50,3 mil visitas ao perfil da Companhia no Instagram e Facebook no transcorrer de 2023; e 200.656 usuários no site [www.casal.al.gov.br](http://www.casal.al.gov.br), com mais de 1.715.000 acessos durante o ano, contribuindo para melhorar a acessibilidade a informações essenciais sobre serviços e atividades prestados pela Casal. Ainda em se tratando de inserção em redes sociais, a Assessoria planejou, produziu e executou campanhas temáticas e de conscientização ao longo do ano, abordando questões como saúde mental, meio ambiente e direitos do consumidor.

A Assessoria também organizou o evento “Casal 61 Anos”, celebrando funcionários e parceiros da empresa; conduziu o rebranding da nova marca da Empresa; e atuou no repasse de informações à Arsal sobre paradas emergenciais nos sistemas operados pela Casal, garan-





tindo transparência e eficiência na comunicação com autoridades regulatórias e com a população em geral. Quanto a suas responsabilidades de ouvidoria, a Ascom recebeu e tratou 157 manifestações dos cidadãos por meio do canal e-Ouv, demonstrando o compromisso da empresa com a escuta ativa e a resolução de problemas.

A Assessoria de Licitação da Casal (Aslic) esclarece que, durante o exercício do ano de 2023, a Companhia trabalhou com arrecadação reduzida por conta da concessão de serviços de distribuição de água e cobrança à iniciativa privada. Por esse motivo, o setor esclarece que houve redução do quantitativo de trabalhos prestados aos municípios onde a Empresa opera quando em comparação a períodos em que ela era competente pelo ciclo integral do abastecimento de água no estado de Alagoas. Não obstante, a assessoria destaca que a Casal vem estudando e promovendo contratações que permitirão avanços em áreas estratégicas, com destaque para a eficiência energética. A Aslic reforça que, em 2023, continuou a assessorar e acompanhar os demais setores da Casal para promover o andamento de processos administrativos que envolvessem compras e processos licitatórios. Para atender com maior eficiência a essas e outras demandas, a assessoria obteve autorização para o emprego de assinaturas digitais em instrumentos contratuais, determinação que resultou na acelera-

ção de trâmites processuais, bem como na economia no uso de papel e no uso do espaço. Entre os números relevantes resultantes do trabalho exercido pelo setor, a Aslic destacou: realização de 43 processos licitatórios em 2023, sendo 04 relativos ao ano de 2022 e 39 ao de 2023; celebração de 202 instrumentos contratuais; economia de R\$27.940.654,15 em relação a valores de referência, proporcionada pelas negociações conduzidas pelo setor; auferição do valor total de R\$204.528,25 com leilão de bens inservíveis; elaboração de edital para venda da folha de pagamento da Casal, o que resultou em incremento nos cofres da Companhia na ordem de R\$839.000,00. Ao todo, 06 licitações abertas em 2023 serão finalizadas em 2024. Também no ano anterior, três licitações foram revogadas, duas suspensas e oito fracassadas.

Quanto a instrumentos contratuais celebrados em 2023, o quantitativo se organizou na seguinte proporção: 71 apostilamentos, 14 contratos oriundos de licitação, 10 termos de rescisão, 20 contratos com dispensa de licitação; 8 casos de inexigibilidade de contrato; 18 Atas SRP (registro de preços); 5 acordos de cooperação mútua; e 56 aditivos. A Superintendência de Logística e Suprimentos (Sulos) elencou, por vias de sua Gerência de Patrimônio (Gepat), as seguintes realizações para o exercício de 2023: identificação e confecção de relatórios com

o intuito de regularizar imóveis pertencentes à Casal, trabalho que incluiu viagens da equipe da gerência para os municípios de Capela, Flexeiras, Jacuípe e Jundiá com reconhecimento in loco de edifícios e áreas pertencentes à Casal; atuação com prefeições e cartórios para levantamento de extrato de débitos referentes a imóveis da Companhia; trabalhos para regularização cartorial, em Maceió, em ação conjunta com a Sueng e a empresa terceirizada Encibra com o objetivo de regularizar imóveis, de acordo com o limite de medições estabelecido no contrato. Dois imóveis foram identificados, sendo eles o Parque Municipal de Maceió e a ETA Pratagy. A regularização do Parque Municipal de Maceió foi iniciada em setembro de 2023, com a Gepat concluindo as fases de elaboração do memorial descritivo e de emissão de laudo de avaliação do imóvel, restando o trabalho com os confrontantes para sua finalização. Já no tocante à regularização da ETA Pratagy, o processo foi iniciado em novembro de 2023, com todas as etapas cumpridas e estando atualmente em fase de registro cartorial, o qual estima-se ocorrer no primeiro quadrimestre de 2024.



A Sulos, por meio da Gepat, também conduziu a reintegração de posse de imóvel na Santa Amélia, na data de 25 de outubro de 2023, em trabalho conjunto com o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), o processo corria na justiça desde 1995; incluiu no patrimônio da Companhia a ETA Cardoso; e realizou diligências e coleta de subsídios para anulação de débitos referentes a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de imóveis da Casal, com foco nos situados em Maceió e Arapiraca; elaborou licitações para dois termos de referências objetivando fornecer suprimentos eletrônicos, móveis e de eletrodomésticos à Casal — essas licitações estão em fase de publicação e devem ser finalizadas no primeiro trimestre de 2024. A Gepat está em vias de finalizar o Termo de Referência para condicionadores de ar e participou, em 2023, por meio de cotação, do Edital de Produtos de Informática enquanto gestor de contratos. A gerência também recebeu e tramitou, no Serviço Eletrônico de Informações (SEI), 446 processos distintos, com o total de 701 processos (contando-se as movimentações reincidentes), gerando também 102 processos específicos para o ano de 2023; elaborou o inventário de ativos da Companhia dos prédios do Complexo Farol e segue inventariando ativos do prédio-sede da Casal, no Centro de Maceió. Por meios de sua Supervisão de Administração Patrimo-

nial (Supatri) e de sua Supervisão de Arquivo (Suparq), a Gepat modernizou a mapecta da Companhia, gerando economia de espaço com a substituição de móveis e favorecendo atividades rotineiras e o asseio do ambiente, além disso, a documentação foi catalogada para facilitar pesquisas futuras; em ação conjunta com a Supatri, a gerência identificou a utilização, por terceiros, de áreas per tencentes à Casal para campanhas de marketing — outdoors estão instalados em sete pontos de Maceió e da Barra de São Miguel, a utilização desses espaços refere-se a contrato já encerrado e, portanto, passíveis de serem regularizados por novo contrato com possibilidade de cobranças futuras e cálculo de retroativo; realizou a aquisição de móveis para salas ocupadas pela Diretoria da Presidência e pela Vice-Presidência Corporativa (VPC) da Casal; atuou para realização do leilão de inservíveis de 2023, efetuado em 22 de agosto desse ano, por intermédio da Agência de Leilões Freire, com receita total de R\$ 204.528,25 em inservíveis; atuou, como membro especial, na identificação de bens inservíveis para o leilão de 2024; efetuou, com sua Suparq, a limpeza, verificação e digitalização de 904.443 documentos da Casal; atendeu a solicitações de 6.951 laudas de documentos, entregues em conformidade com prazo estipulado pela Companhia, bem como recebeu 157

caixas de setores da Empresa, efetuando com a Suparq a verificação e alocação no arquivo; recebeu e organizou 237 caixas de processos trabalhistas da Companhia, procedimento executado ao longo de sete meses de trabalho; contribuiu para que a Casal venha, em 2024, a formalizar contrato de uso, pela BRK, de área na ETA Pratygy, o que renderá mensalmente R\$ 28.768,84, além de retroativo de R\$727.857,38, parcelado em 34 pagamentos; forneceu documentação necessária à negociação entre Casal e a empresa Saneamento Alta Maceió (Sanaama) referente a uso de área na ETA Pratygy, o que resultará em contrato e pagamento mensal à Companhia da importância de R\$ 82.196,68 e retroativo de R\$ 2.230.036,23; e contribuiu com o fornecimento de informações para que a Casal firme contrato com a Águas do Sertão (ADS) referente ao uso por essa Concessionária de área na EEAT Delmiro Gouveia, que resultará em contrato de uso, com proposta da Casal no valor mensal de R\$ 2.509,45. Acrescente-se aos processos e negociações conduzidos pela Gepat dois imóveis da Casal que estão em fase de negociação para formalização de contrato e início de cobrança pelo uso da área, com estimativas de render à Companhia R\$30.000,00 ao mês. Por fim, a Gepat e setores vinculados à Vice-Presidência Operacional da Casal (VPO) desenvolveram, em



2023, e seguem desenvolvendo, em 2024, trabalhos de identificação de imóveis da Companhia utilizados por concessionárias sem formalização de contrato, com o intuito de regularizar o uso e estabelecer valores de “aluguel”.

A Gerência de Serviços Auxiliares (Gesea), vinculada hierarquicamente à Sulos, efetuou, por meio de sua Supervisão de Transportes (Suptran), a gestão de contratos com a empresa Prime Benefícios, com vista à compra de combustíveis via cartão magnético com chip; com a Consórcio de Locação Nordeste, para a locação de 136 veículos que compõem a frota da Casal; com os Correios, cujo objeto é a logística de malotes e correspondências; e com a Martin Log, para locação de caminhões-pipa para atender às ZML e SAS. Por vias de sua Supervisão de Serviços Gerais, atuou na gestão de contratos com a Tigre Vigilância para a disponibilização de 13 postos de vigilância armada; com a empresa ACR Comercial, onde há a disponibilização de 121 condicionadores de ar com potências que variam de 12.000 até 60.000 BTUS; e com a empresa Alagoana de Serviços Gerais, com atuação em áreas de captação de água e ações de combate a fraudes. A Gesea também efetua a gestão, por meio de acordo de cooperação mútua com a Secretaria de Resocialização e Inclusão Social (Seris), de 89 reeducandos

que cumprem pena em regime semiaberto e aberto; esses colaboradores atuam em serviços de manutenção predial, serviços gerais e apoio administrativo.

Já por vias de sua Gerência de Suprimentos (Gesup), a Sulos realizou processos para renovação das atas vigentes de gestão da Supervisão de Almoxarifado (Supalm), contemplando materiais hidráulicos, mecânicos, elétricos, de escritório, ferramentas perecíveis e alimentos; adquiriu materiais mecânicos (válvulas e registros em ferro) e elétricos diversos por meio de atas de registro de preço vigentes de gestão da Supalm e responsabilidade técnica da Gemem, adquiriu por ata de registro de preço de materiais de limpeza após conclusão do processo licitatório, adquiriu tubos e conexões mediante solicitação das unidades para atendimento de processos de implantação e extensão de rede para obras de implantação e extensão de rede nas cidades de Batalha, Palmeira dos Índios, Olho d'Água das Flores e Montevópolis, por meio de parceria entre Casal e prefeituras das cidades citadas, bem como para as demandas mensais. A Gesup inicializou processos para aquisição via licitação de materiais elétricos e mecânicos por meio de ata de registro de preços que terão gestão da Supalm e responsabilidade técnica da Gemem; construiu sete novos termos de referência, iniciando processos para

aquisição de materiais de estoque via ata de registro de preços, visando à reposição do estoque para um melhor atendimento às demandas das unidades; atuou na gestão de 23 atas de registro de preços de materiais diversos utilizados pelas unidades do interior e seto res da capital, materiais em sua maioria destinados à área operacional; instalou novos ventiladores no ambiente do estoque da Supalm para melhoria das condições de trabalho; obteve tubos de ferro fundido, por ata de registro de preço de gestão da Supalm para atendimento ao 'Plano Chuvas 2023' proposto pela ZML; fez substituições de barriletes, retiradas de vazamentos na região Agreste e manutenção de adutora no Sertão.





Para o exercício de 2023, a Superintendência Jurídica (Sujur) informou as seguintes atividades e resultados: participou de audiências de mediação entre a Casal e a Agreste Saneamento; procedeu para o ajuizamento e acompanhou as negociações entre Casal e Braskem; atuou para o alinhamento nos processos relacionados ao patrimônio da Casal; participou do Acordo Coletivo; atuou com a Funcasal e a Fipeq; participou da emissão de pareceres em aditivos das Concessionárias e Parcerias Público-Privadas; efetuou o acompanhamento na interposição de ações judiciais estratégicas da Casal; esteve presente nas tratativas do Canal do Sertão; atuou na ação civil pública referente a serviços prestados pela Companhia na região da Bacia Leiteira; participou nas negociações com a Unimed no tocante a tratativas dos planos de saúde do colaboradores; foi parte nas tratativas de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) firmados entre a Casal e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal); atuou para a consecução de alinhamentos internos com os setores financeiros da Companhia; foi parte atuante em reuniões estratégicas da Casal; elaborou pareceres jurídicos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Empresa; elaborou pareceres jurídicos e chancela de todos os processos da Gerência de Contencioso e Ações Preventivas (Gecot); e

conduziu a movimentação processual de 1.574 processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Por meio de sua Gerência de Contencioso e Ações Preventivas (Gecot), a Sujur procedeu com a elaboração e a revisão de minutas de notificações extrajudiciais, ofícios, termos de cooperação e demais instrumentos; acompanhou treinamento e atualização de prepostos; atuou em sindicâncias e comissões instauradas no ambiente da Casal; acompanhou ações de cobrança a prefeituras; forneceu orientação jurídica em questões de regularização patrimonial de imóveis da Companhia; forneceu apoio à contabilidade no levantamento das ressalvas de auditoria; acompanhou defesas em processos de órgãos fiscalizadores, a exemplo da Arsal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra), do Instituto do Meio Ambiente (IMA), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE); fez o controle de valores oriundos de demandas judiciais cíveis e trabalhistas; elaborou fluxos e *checklists* para processos internos da Gecot relacionados com outras áreas da Companhia; forneceu assessoria e elaborou pareceres jurídicos em processos internos administrativos cíveis e trabalhistas; coordenou o fornecimento de subsídios de processos com unidades de negócios

e serviços da Casal e escritório contratado, de modo a conduzir 1.152 processos no SEI.

Já por meio da sua Gerência Jurídica (Gejur), a Sujur elaborou pareceres jurídicos, aprovações e termos de referência, além de ter conduzido a movimentação de 384 processos no SEI e seis processos pelo CEA.

A Superintendência de Recursos Humanos (Surhu) e sua Gerência de Segurança do Trabalho (Gesmet) listaram as seguintes ações para 2023: atualizou os programas PGR e PCMSO, elaborou laudos de insalubridade e periculosidade; produziu rotineiramente perfis profissiográficos previdenciários; conduziu processos de aquisição de fardamentos e equipamentos de proteção individual (EPIs); efetuou a entrega de EPIs; conduziu diálogos de segurança do trabalho nas unidades de negócio e serviço onde colaboradores da Casal estão lotados; participou com preposto em audiências trabalhistas; atendeu a processos relativos à medicina do trabalho; elaborou rotineiramente atestados de saúde ocupacional; e provisionou assistência técnica para defesa de processos jurídicos.

Na EEAT Pão de Açúcar, a Gerência instalou novos extintores e placas de sinalização; também instalou esses



equipamentos nas estações da Casal em Matriz do Camaragibe e na ETA da Companhia em Passo do Camaragibe, nas ETAs e captação de Porto de Pedras, no Complexo Farol (em Maceió), nos edifícios que compreendem as instalações regionais da Bacia Leiteira, em prédio da Casal em São José da Tapera, no escritório de Lagoa da Canoa. A Gerência também efetuou a reposição de extintores, após recarga e manutenção, nos edifícios da Companhia localizados nas regiões da Zona da Mata e Litoral, Serrana, Sertão e na Região Metropolitana de Maceió (Complexo Farol e Sede).

A Gesmet e a Surhu focaram na capacitação dos colaboradores da Casal no combate a início de incêndios, fornecendo treinamento teórico e prático no Complexo Farol; bem como efetuaram o treinamento para novos cipeiros da ZML, Sertão, Serrana e região Agreste do estado de Alagoas. A Gerência fez visita técnica para levantar riscos provenientes da erosão no acesso para as ETAs e captações Souza e Osório, em Messias; na ETA da Casal em Palmeira dos Índios a fim de averiguar condições da infraestrutura; fez levantamento de riscos nas estações elevatórias de água tratada (EEAT) 4, 5 e 6 em Delmiro Gouveia para elaborar avaliação de riscos e não conformidades; conduziu inspeções de Segurança do Trabalho em estações da Casal localizadas em Jacu

ípe e Matriz do Camaragibe; avaliou critérios de insalubridade no Complexo Pratagy, com coleta de amostras para análise físico-química e bacteriológica; e verificou critérios de insalubridade nos trabalhos realizados no laboratórios da Casal.

A Gesmet visitou as ETAs Cachoeira e Cansação para elaborar relatório de inspeção de segurança do trabalho e efetuou o mesmo procedimento nas ETAs de Inhapi, Canapi e na ETA Ibateguara, além das ETAs Taquarana, Capela e Mar Vermelho. A Gerência contribuiu para a elaboração do PGR (Plano de Gerenciamento de Risco) e PCMSO (Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional). Elaborou relatórios de inspeção de segurança do trabalho (Rist) na área externa da Gemem e nas estações elevatórias de esgoto e estação de tratamento de esgoto do residencial Santa Lúcia, em Arapiraca; fez visitas técnicas nas ETAs de Capela e Mar Vermelho para elaborar Rist; conduziu campanha de conscientização da segurança no trabalho em saúde ocupacional para colaboradores da Casal; atuou para a realização de perícia técnica judicial na Captação Salgado, em Delmiro Gouveia; acompanhou perícia técnica judicial na ETA Cardoso e na ETA Pratagy; também na EEAT 06 Santa Cruz do Deserto, na Regional Sertão; bem como fez inspeção com a BRK Alagoas para verificar as condições de ge-

radores que atendem aos sistemas Catolé e Aviação, à estação de captação Satuba, à ETA Alto do Cruzeiro, em Murici, e às captações Gravatá e Bigodeira.





Por fim, a Surhu e a Gesmet atuaram para a realização de live para colaboradoras em atenção à campanha Outubro Rosa, de conscientização sobre o câncer de mama; além de ser parte atuante na campanha Novembro Azul, de conscientização sobre o câncer de próstata.

Por vias de sua Gerência de Desenvolvimento de Pessoal e Bem-Estar Social (Gedep), a Surhu realizou planejamentos, reuniões, treinamentos e assessorias a fim de capacitar colaboradores da Companhia para operar na plataforma Se nior, novo sistema de gestão de pessoas que substituiu o Elógica; emitiu 338 Ordens de Serviço e 67 CTEs (Cessões Temporárias ou Transferência de Empregados) relacionadas a movimentações no quadro da Empresa; geriu os benefícios previstos no ACT, contemplando 130 colaboradores com o auxílio creche, 139 com auxílio-educação, 47 com auxílio de necessidades especiais, e 38 com auxílio educacional; atuou na realização de campanhas de promoção de cuidados com a saúde mental, de celebração do Dia da Mulher, de prevenção ao suicídio (Setembro Amarelo), de prevenção do câncer de mama e de próstata (Outubro Rosa e Novembro Azul, respectivamente), e do Dia dos Pais. A Gerência também fez a gestão da folha de pagamento da Casal.





10

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

No que tange à contribuição da Casal em ações, campanhas e contribuições para promover a preservação ambiental e a recuperação do meio ambiente, bem como o engajamento da Companhia em iniciativas com vistas a beneficiar a sociedade e contribuir para seu desenvolvimento, a Companhia desenvolveu os seguintes trabalhos em 2023:

A Superintendência de Meio Ambiente e Qualidade do Produto (Sumaq) e sua Gerência de Controle de Qualidade do Produto (Geqpro) coordenaram a coleta e a análise da água distribuída e da água servida, garantindo que estivessem de acordo com padrões de potabilidade e descarte; envasaram água potável em copos descartáveis e garrafões, destinando-os a unidades da Casal, instituições da Sociedade Civil, Prefeituras Municipais e Secretarias de Estado; substituíram, com a RMM, cerca de 500m de tubulação de PVC (policloreto de vinila) de área exposta a radiação solar direta por PEAD (polietileno de alta densidade) enterrado, visando garantir a qualidade da água envasada; efetuaram a substituição de filtros de envase a cada seis meses; confeccionaram seis termos de referência para manter a carreira de análises nas operações da Gerência de 2024; confeccionaram e apresentaram relatórios de movimentação de produtos químicos controlados pela Polícia Federal; e adquiriram novos equipamentos por termo de referên-

cia utilizados para dar prosseguimento às análises de qualidade, a exemplo de reagentes químicos, frascos de coleta, dpd para análise de cloro e substrato enzimático para análise bacteriológica.

A Supervisão de Laboratório de Esgoto (Suples), hierarquicamente vinculada à Geqpro, efetuou, ao longo de 2023, análises do procedimento de lavagem de filtro de unidades produtoras de água (captações de água bruta, ETA e poços tubulares profundos) de modo a adequar esses procedimentos a preceitos e parâmetros estabelecidos pela NBR 12.216, de abril de 1992 (norma que fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto de estação de tratamento de água destinada à produção de água potável para abastecimento público). Essas ações objetivaram acompanhar e produzir análises dos padrões físico químicos e microbiológicos das águas de lavagem de filtros, do levantamento das perdas que as unidades têm com o procedimento, verificar a expansão do meio filtrante, do tempo necessário para lavagem dos filtros, minimizar o custo da produção da água potável, avaliar a reutilização das águas de lavagem dos filtros, melhorar a qualidade da água tratada, subsidiar o controle operacional de estações de tratamento de água e aumentar a carreira de filtração. A Suples produziu o montante de 333 análises físico-químicas em poços tubulares, 129 análises físico-químicas nas estações de



captação e um relatório de análise da ETA (Cansanção). Já a Supervisão de Laboratório de Água da Região Metropolitana de Maceió e Zona da Mata e Litoral (Suplag 1) atuou no monitoramento da qualidade da água produzida nas estações de tratamento e das captações superficiais (ma nanciais) e subterrâneas (poços) dos municípios atendidos pela Casal nas regiões de cobertura da supervisão. Esse trabalho considera as coleta e análises bacteriológicas, físico-químicas e de clorofila-a. Em números, a Suplag 1 realizou 821 análises físico-químicas, 3.550 análises bacteriológicas e 556 análises de clorofila-a, além de análises solicitadas por clientes externos ou por solicitação de outros setores da Casal. Em razão do recebimento dos poços antes operados pelas prefeituras de Maragogi (26 poços), Pilar (34 poços), Matriz de Camaragibe (4 poços) e Passo de Camaragibe (5 poços) pela Casal, no transcorrer de 2023, a Suplag 1 acrescentou o montante de 69 poços à programação mensal de monitoramentos bacteriológico, além de incluí-los em seu cronograma semestral de monitoramento físico-químico.

A Supervisão de Laboratório de Água Agreste e Sertão (Suplag 2) monitorou a qualidade da água produzida nas ETAs, captações superficiais, captações subterrâneas e nas redes de distribuição, este último nas

idades onde a Casal é responsável pelo completo ciclo de abastecimento. Os trabalhos contemplaram instalações localizadas nas regiões Serrana, Agreste, Sertão e municípios da Zona da Mata. Em números, foram 286 amostras coletadas ao longo de 2023 no Agreste, com 875 resultados no ano; 152 coletas e 528 resultados na região Serrana; e 143 amostras nos sistemas da Casal localizados na Zona da Mata e Litoral, gerando 430 resultados. Esse quantitativo visou atender às exigências de órgãos fiscalizadores como o Ministério da Saúde, considerando-se a Portaria Nº 888/2021; a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal), Vigilâncias Municipais e a Secretaria de Saúde (Sesau) do Governo de Alagoas.

Por vias de sua Gerência de Controle Ambiental (Gecam), a Sumaq, em se tratando de ações para assegurar a regularidade ambiental das atividades de desempenhadas pela Casal, protocolou, com o Instituto do Meio Ambiente (IMA) do Estado de Alagoas, três pedidos de renovação de Licenças de Operação, um pedido de Autorização Ambiental e dois pedidos de renovação de alvarás sanitários para sistemas de abastecimento de água; obteve uma autorização ambiental para obras de esgotamento sanitário; protocolou, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas



(Semarh) nove solicitações de renovações de outorga relativas à captação superficial, quatro ou torgas para captação de água e uma para lançamento de efluente. Foram finalizados e assinados os Termos de Compromisso Ambiental com Semarh visando-se à regularização de outorgas de captação de água e lançamento de efluente nas Unidades Regionais de Saneamento — Região Metropolitana de Maceió, Bloco C (Zona da Mata e Litoral) e Bloco B (Agreste-Sertão) —, garantindo investimentos para a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; cumpriu a fase 1 do Termo de Ajustamentos de Conduta — TAC, firmado com o IMA, cujo objetivo é a regularização dos sistemas de esgotamento sanitário inserido na Região Metropolitana de Maceió, especificamente da área de abrangência da Sanama; em processo contínuo, elaborou e encaminhou relatórios periódicos em atendimento às condicionantes de licenças ambientais e outorgas de direito de uso de recursos hídricos, bem como dos termos de compromissos assinados.

A Gecam garantiu a segurança, manutenção e operacionalidade de barragens por meio das seguintes ações: capacitação de integrantes da equipe de segurança de barragens por meio de seminários, treinamentos e visitas técnicas a barragens de outras companhias de saneamento; efetuou, por vias de sua Supervisão de

Monitoramento de Barragens (Supmob), inspeções nos barramentos e estruturas acessórias que formam os mananciais de abastecimento das cidades de Murici, Messias, Colônia Leopoldina, Novo Lino, Joaquim Gomes, Jundiá, Jacuípe, Campestre e Ibateguara; realizou reuniões e visitas técnicas para os barramentos submetidos à Legislação Federal (Lei Nº 12.334/2010 e atualizações), compreendendo épocas de chuva e estiagem, para as barragens Caçamba e Carangueja; efetuou ações periódicas de manutenção e limpeza na barragem Carangueja, incluindo a extração de plantas aquáticas da superfície do manancial; iniciou estudos, inspeções e serviços para realização da segunda revisão da “Inspeção de Segurança Regular e Revisão do Plano de Segurança da Barragem Carangueja”, em Quebrangulo.

Em se tratando de educação ambiental e proteção ao meio ambiente, a Gecam, em trabalho conjunto com suas supervisões de Sustentabilidade (Supsus), desenvolveu ações de educação ambiental com palestras, exposição e visitas a áreas de proteção ambiental — o intuito foi o de conscientizar a importância da preservação do meio ambiente, da biodiversidade, proteção das matas ciliares, tratamento e uso racional de água, descarte correto de resíduos, dentre outros. O público-alvo foram estudantes das redes públicas e privadas. As atividades incluíram o plantio de mudas em área de

proteção ambiental. Entre as atividades, foi realizada visita ao Centro de Educação Ambiental Pedro Nardelli, com 35 crianças do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do conjunto Cidade Sorriso, no Benedito Bentes, em Maceió; ações de conscientização ambiental na APA do Catolé, com a receptação de 358 estudantes da rede pública municipal para palestra sobre atitudes sustentáveis; trilha até o açude do Catolé, passando pela estação de tratamento de água do Sistema Aviação, com explanação sobre a importância do tratamento de água e do manancial para o abastecimento de Maceió; montagem de um estande na Orla de Ponta Verde em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância da preservação da água, bem como do tratamento e monitoramento da qualidade da água realizada pela Casal; ação em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Arapiraca com plantio de mudas para a implantação de pomar no Loteamento Residencial Nossa Senhora Aparecida; ações, no segundo semestre de 2023, de educação ambiental em escolas públicas, o que resultou em palestras voltadas para a temática de sustentabilidade para um público de aproximados 100 estudantes, de 7 a 14 anos; e participação nas reuniões da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Alagoas (CIEA-AL), da qual participam instituições



como Casal, IMA, Semarh, Seduc, Semed, Sesau, Setur, Ibama, Cesmac e ONGs para discutir ações de educação ambiental no estado de Alagoas.

A Gecam também participou de reuniões de cinco Conselhos de Unidades de Conservação da Natureza (UC) das Áreas de Proteção Ambiental (APA do Prata gy, APA do Catolé e Fernão Velho, APA de Murici, APA de Santa Rita e RESEC Saco da Pedra e APA da Marituba do Peixe) para discussões sobre elaboração e atualização de Planos de Manejo de Unidades de Conservação; esteve presente em treinamentos e reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas — CBH (São Francisco, CELMM, Pratygy, São Miguel, Piauí, Coruripe, Jacuí pe-Uma e Litoral Norte), de atuação no Estado e nacionalmente, nos quais elaboraram-se planos de ação para realizar estudos de rios de bacias visando ao planejamento, definição de áreas para recomposição de mata, monitoramento da qualidade da água e visitas técnicas em áreas de conflito de uso. Por fim, a gerência acompanhou o atendimento de 20 intimações e autos de infrações ou notificações ambientais, além de iniciar o desenvolvimento do software Catolé Lab para gestão e acompanhamento de atividades de controle de qualidade da água e esgoto.





## DIRETORIA

Luiz Cavalcante Peixoto Neto

*Diretor Presidente*

Marcos Fred Almeida de Albuquerque

*Vice-Presidente de Engenharia*

Laura Petri Geraldino

*Vice-Presidente Operacional*

Paulo Roberto Esequiel de Mendonça

*Vice-Presidente Corporativo*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira */Presidente*

Daniel Coelho Alcoforado Costa

Diego Rodrigues Clementino

Luiz Cavalcante Peixoto Neto

Maria Aparecida Torres dos Santos

Monique Souza de Assis

Roney Presbítero de Arruda Nascimento

Rosa Maria Barros Tenório

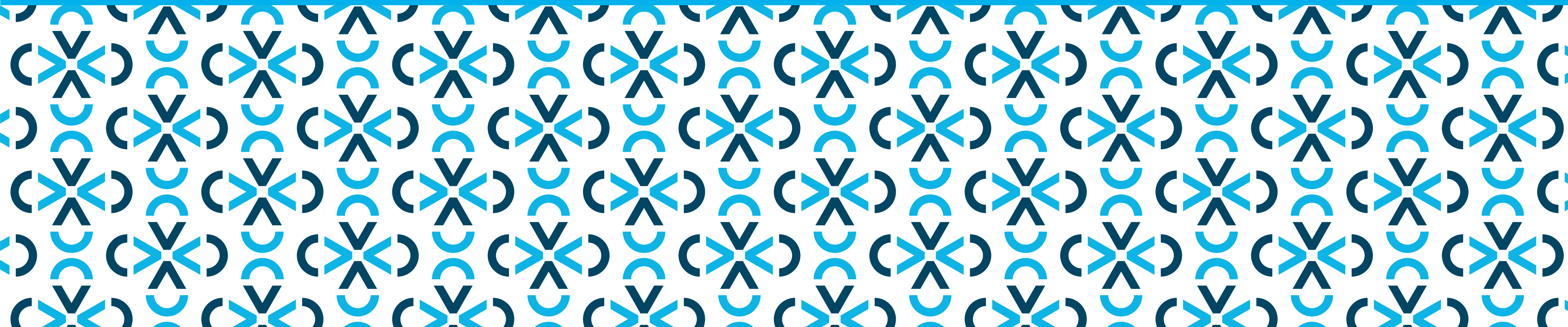
## CONSELHO FISCAL

Helder Gonçalves Lima */Presidente*

Bruno Leitão Praxedes

Madson Correia Máximo de Lima

Wiler Roger de Souza





# AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Exmo. Sr. Governador Paulo Suruagy do Amaral Dantas pelo apoio, ao Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, deputado Marcelo Vítor, ao Exmo. Secretário de Estado de Governo, Vítor Hugo Pereira da Silva, à Exma. Secretária de Estado da Fazenda, Renata dos Santos, e ao Presidente do Conselho de Administração da Casal, Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira, pelo apoio institucional e parceria, e a todos os conselheiros e colaboradores pela cooperação nas realizações da Companhia.

Maceió, abril de 2024.





**casal**

Nossa água é o futuro

**RELATÓRIO DE DIRETORIA**

EXERCÍCIO 2023